

OS REFORMADORES

Coletânea – P.Timm Org.

2017-18

The Economist - A Social Democracia, por Roberto Mangabeira Unger

THE ECONOMIST - YOUTUBE.COM

Video- com Florestan Jr. e PAULO LEITE

<https://www.youtube.com/watch?v=w8OYIOCb0IM>

A ALTERNATIVA PORTUGAL – 2017-18

<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/portugal-acabou-com-a-mentira-ha-alternativa-a-austeridade-escreve-o-the-guardian-200727>

NÓS NO MUNDO. O MUNDO EM NÓS?

Paulo Timm – Julho, 21 - 2016

Agora, está de moda falar em dicção, para um enunciado ou máxima. É bonito. Antigamente, a palavra se referia apenas ao bem ou mal falar: *O fulano tem boa dicção, devia fazer teatro*. Tudo muda, se movimenta, a língua tem vida. Pois, Paulinho da Viola tem uma “dicção” que gosto muito:

“Costumo dizer que o meu tempo é hoje. Eu não vivo no passado, o passado vive em mim.”

Na verdade, não só o passado, como História, vive em cada um de nós. Também a Geografia, envolta pela Ecologia. E não se trata apenas de globalização. Trata-se da consolidação da *Aldeia Global*, nesta era de conectividade total *on line*. Estamos mergulhados, até o pescoço no planeta. E como se vive uma fase de grande efervescência, há que se conviver, também, com suas tensões. O isolamento é difícil.

A Coréia do Norte, por exemplo, insiste em se isolar, no tempo e no espaço. Agora, tudo indica que a Turquia envereda por esse campo, diante das reações extremadas de seu Presidente Erdogan. Ao sufocar um suposto golpe contra a democracia, que alguns até dizem que foi um “autogolpe”, manda prender e arrebentar cerca de 100.000 opositores, dentre os quais militares de alta patente, juízes, professores e servidores. Renasce na extremidade oriental da Europa, o fantasma de Hitler. Turquia: outro país candidato ao isolamento. À direita.

Mas, no geral, tudo segue no passo e compasso da integração. Até a saída da Grã Bretanha da União Europeia é digerível. A indicação de Donald Trump, pelo Partido Republicano, à Casa Branca, também.

Mas o que está havendo mesmo?

Nada demais. Apenas a roda do grande moinho da vida girando e moendo seus grãos para alimentar o futuro.

O mundo contemporânea teve um momento crucial, que foi a II Grande Guerra (1939-45), do qual saíram os Aliados vencedores contra os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão - . A festa durou pouco, porque entre estes Aliados estavam duas potências em confronto, Estados Unidos e União Soviética, que logo mergulharam na Guerra Fria, que só não explodiu em armas em razão do risco nuclear à humanidade. Disputando virtudes e resultados estes dois blocos dominaram a cena do mundo na segunda metade do século XX. Em 1989 caiu o Muro de Berlim, símbolo desta disputa, e em 1991, desintegrou-se a União Soviética e todo seu bloco. Desde então, os Estados Unidos pontificaram soberanos e ditam as regras do “Consenso de Washington”, sobre como governar, aos quatro cantos da Terra. Foi tão forte este processo que velhos oponentes, liberais e social-democratas, à que se converteram até velhos Partidos Comunistas e movimentos de esquerda como o peronismo, em vários países, se uniram nesta síntese convergente:

- 1. Há uma série de princípios estratégicos principais, bem diferenciados do pensamento da esquerda tradicional. O primeiro é: apoderar-se do centro político. Nenhum partido social-democrata pode hoje triunfar se pretender atrair uma determinada classe. O importante é tratar de mover o centro da gravidade política para a esquerda. Nos últimos dez anos, o trabalhismo soube fazê-lo.*
- 2. O segundo princípio é: assegurar a solidez da economia. Garantir mais justiça social significa contar com uma economia mais sólida, não o contrário. Os governos trabalhistas anteriores, quase sem exceção, acabaram em crise econômica aos poucos anos de deter o poder. 3. O terceiro princípio é o de realizar grandes investimentos nos serviços públicos, mas insistindo em que sejam acompanhados de reformas destinadas a fazer com que tais serviços sejam mais eficientes e transparentes e tenham maior capacidade de reação. Para isso são essenciais a possibilidade de escolha e a competência.*
- 4. O quarto princípio é o de criar um novo contrato entre o Estado e os cidadãos, que inclua tanto direitos, quanto responsabilidades. O*

governo deve proporcionar os recursos necessários para ajudar a gente a construir sua própria vida, mas a gente deve cumprir sua parte no pacto. Por exemplo, até agora, as indenizações por desemprego eram um direito incondicional.

Mas agora, essa situação convida a não assumir nenhuma responsabilidade e tem o efeito de impedir o acesso dos trabalhadores a certos postos de trabalho. As pessoas que perdem seus empregos devem responsabilizar-se pela procura de trabalho e, ao mesmo tempo, devem ter a possibilidade de atualizar sua formação quando o necessitem.

5. Por último, o princípio mais controvertido - embora crucial para o êxito do trabalhismo - não permitir que a direita política monopolize nenhuma questão. A direita tende a prevalecer sempre em áreas, como a ordem pública, a imigração e o terrorismo; temos de buscar soluções de centro esquerda para estes problemas. Dadas as repercussões de viver num mundo mais globalizado, é preciso que encontremos um novo equilíbrio entre as liberdades civis e a segurança.

(A.Giddens in Trabalhistas e Conservadores- El País -25/07/2007)

O modelo da Pax Americana começava, pois, a funcionar, a pleno vapor, sem contestações expressivas.

Mas os americanos tropeçariam em 2008, numa crise que reeditou a recessão dos anos 30, provocando distúrbios em cadeia ainda sensíveis, particularmente no maior bloco associado, com 28 países membros e alto níveis de renda e consumo, no alto de seus 500 milhões de habitantes, a União Europeia: crise sócio-econômica, déficits fiscais recorrentes, tensões políticas e, principalmente, ruptura da convergência ideológica em torno de uma “Terceira Via”. Desde então, o mundo e, sobretudo a Europa, estão convulsionados. Os ideais igualitários da esquerda reacendem. Os conservadores se inquietam. A “Terceira Via” desmorona. Aquela era uma época de forte declínio da ideologia socializante no mundo inteiro, na antevéspera do fim da União Soviética. Favoreceu a convergência. Agora mudou.

Se já estava afastada a hipótese radical de uma revolução social como alternativa aos males do capitalismo, agora está afastada, também, a ideia de que a História acabou. E com o fim do Fim da História, foi-se a ideia de que só há uma maneira de governar: à la neoliberal. É o neoliberalismo ladeira abaixo.

Tempo de mudanças.

A Europa tenta se recuperar da saída da Grã Bretanha da União Europeia, aprovada em junho deste ano (2016), enquanto continua se debatendo , no seu interior, com as sequelas da Crise de 2008. Seu maior Banco, o Deutsch Bank, dá sinais de que está em situação difícil, muito parecida àquela do Lehmann Brothers, nos Estados Unidos. Acabou o sossego, ainda que a vida, em geral, muito interiorana em toda Europa, seja bastante tranquila. Portugal, por exemplo, é o quinto país mais pacífico do mundo. Neste quesito, nós, brasileiros, nada herdamos...

A primeira mudança se faz na Grã Bretanha, com a posse de nova Primeira Ministra Thereza May, em meio a um cenário de brutal queda do valor da libra esterlina, provocada pelo anúncio da saída da União Europeia, e riscos de separação da Escócia - talvez Irlanda do Norte - , para não falar da forte reação da população londrina que chegou, até, em falar de se constituir em Cidade Estado. (Já pensou se a moda pega no Brasil? Podíamos deflagrar um Movimento pela República Solar de Torres...!)

Thereza May terá, entretanto, que lidar com todos os velhos e novos problemas, começando pelos procedimentos para o retorno à economia de um só e soberano país. Tem, ela, contudo, a seu favor, o ter recolocado o Partido Conservador fora do alcance das figuras apoteóticas e demagógicas, que pesaram a favor do BREXIT (saída do país da União Europeia). Está empoderada, sem constrangimentos aliados, no centro do Partido e do Governo.

Thereza May lembra muito sua antecessora, a Dama de Ferro, Margareth Thatcher, também conservadora, nos anos 1980, mas talvez se pareça mais com Angela Merkel, chanceler da Alemanha. Os tempos correm e moldam novas personalidades afinadas com novos desafios. Há uma nova geração conservadora na Europa mais

aberta ao diálogo com os costumes e com as demandas contemporâneas.

Alguém já disse esta é uma Era da Incerteza, pontilhada de pessimismos, como o do ambientalista, James Lovelock, autor de “Gaia”, para quem bilhões de pessoas deverão morrer até o final do século em decorrência das mudanças climática. O físico S.Hwcks diz que temos que correr em busca de refúgio em outro planeta. O próprio FMI admite que o receituário que vem impondo para consertar os vazamentos já não funciona adequadamente. E sua própria Diretora , C. Lagarde exclama: - “*Gostaria que o FMI tivesse uma face mais humano...*” .

Para piorar, há a crise dos refugiados vindos aos milhões das zonas de conflitos do Oriente Médio e África.

Renasce a eterna indagação diante de momentos de indefinição: Que fazer?

Ao colapso da razão, viva a liberdade, uma das duas pernas sobre as quais se erigiu a modernidade.. Mas atrás da liberdade aninham-se os irracionalismos, com sua sequência de voluntarismos políticos. *A paixão está de volta!*, proclamam eles. Como resultado, emerge o populismo , com promessas vazias de entregar o paraíso aqui na Terra: À direita, tipos como Donald Trump e, à esquerda, o namoro da Nova Esquerda Europeia com o “bolivarismo” latinoamericano. De permeio, o apelo à violência espontaneísta, no qual o terrorismo dos lobos solitários é apenas anúncio do que poderá vir por aí.

O centro, porém, com presença de personalidades, movimentos e partidos de direita e de esquerda, reage e tenta se reagrupar, não sem dificuldades, em torno de uma plataforma de defesa dos direitos humanos, como estratégia de pacificação no século XXI. Já não se trata da Terceira Via de Tony Blair , Clinton e FHC dos anos 90. O momento é outro: de salvaguarda da democracia ameaçada. A plataforma não será mais a da Pax Americana com seu “Consenso”- *no alternatives-*, embora não se saiba exatamente qual seja. Neste processo a direita civilizada parece mais acossada, embora mais unida, do que a esquerda, sempre pródiga em alternativas divisionistas.

Hoje podemos visualizar cinco grandes núcleos ideológicos à esquerda, na Europa: **O PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU**, o mais forte, que reúne os social-democratas, no Governo em Portugal e outros países; **O GRUPO CONFEDERAL DA ESQUERDA UNITÁRIA EUROPEIA** no qual se situa, dentre outros, o **PARTIDO DA ESQUERDA EUROPEIA**, reunindo antigos Partidos Comunistas, eurocomunistas e socialistas democráticos, bem como o Syriza, da Grécia, único no poder, mas já com uma dissidência em busca de uma Frente Democrática, identificada pelo **Manifesto DIEM-25**, na defesa da democratização da União Europeia ; e uma **ESQUERDA ANTICAPITALISTA EUROPEIA**, informal, mais radical, de pouca representatividade, à que se somam, na margem, os anarquistas, em franca ascensão.

Fortalece-se, contudo, um centro democrático. No esforço de construir prescrições comuns para uma Nova Era já inscrita na cultura do século XXI, mas ainda desarticulada de forças políticas e sociais de suporte, ouvem-se, muitas vezes, poucas dignas de menção, como, por exemplo, a do Sociólogo Boaventura de Souza Santos, que preconiza a construção de um projeto hegemônico civilizatório a partir de novas inscrição constitucional , do Filósofo Y. Habermas, para quem há que se reafirmar o direito da cidadania acima dos poderes do sistema financeiro ou S. Zizek, que reclama um retorno dos marxistas à Hegel. Não chegou a ter repercussão, mas deve ser registrada pelo fato de que o autor é um brasileiro de nomeado reconhecimento acadêmico, a entrevista de Mangabeira Unger , arauto de uma “Revolução Vindoura”, à TV The Economist - <https://www.youtube.com/watch?v=llrC70C1BI0>

Neste entrevista, Mangabeira alinha alguns passos para a reconstrução centrada da democracia e reforma do capitalismo: revolução na Educação, ruptura com a financeirização do sistema econômico, disseminação das economias criativas e inovadoras das pequenas e médias empresas, re-energização da democracia de baixo para cima , novas formas de garantias à segurança do trabalho e rearranjo institucional para o desenvolvimento de uma nova economia.

Tudo muito diferente, como se vê, do que se discute no Brasil. Mergulhados na Geografia do futuro, agarramo-nos ao passado, fruto daquilo que, de um lado, o Senador Cristovam Buarque acredita ser o resultado do envelhecimento da esquerda, e de outro, digo eu, de uma também velha, direita, embora de cara nova e desajeitada no Governo do PMDB, com a mão cheia de recomendações neoliberais caducas. Digo desajeitada porque o Plano “Ponte para o Futuro”, que orienta o atual Pres. Temer, é o oposto do Plano “Esperança e Mudança”, do mesmo PMDB, na década de 80, sob a égide de Ulysses Guimarães.

Aqui polarizamos, enfim, o presente, sem dar espaço à crítica capaz de abrir caminhos para o futuro. Não é o passado, pois, que parece viver em nós. Nós é que vivemos no passado....

ESQUERDA, VOLVER!

Novos caminhos para a esquerda europeia

Paulo Timm – julho 2016

:"Gostaria que o FMI tivesse uma face humana." - Christine Lagarde, a diretora-gerente do FMI

“Globalization has been variously used in both popular and academic literature to describe a process, a condition, a system, a force, and an age.”

Manfred Steger

Eu gosto de usar uma expressão de Neil Smith, geógrafo escocês: o neoliberalismo está morto, porém dominante. E o filósofo italiano Franco Berardi acrescentou: e nós estamos morando dentro do cadáver. É um modelo que já provou ser um fracasso.

Raquel Rolnik –Entrevista – P.Alegre BR -
<http://www.sul21.com.br/jornal/nosso-grande-problema-nao-e-o-deficit-de-moradia-mas-sim-o-deficit-de-cidade/>



Paulo Timm

O objetivo deste artigo é discutir as tensões políticas na União Europeia, com centro na identificação e discussão das correntes de esquerda que nela atuam, evidenciando um claro renascimento de tendências radicais diante do que alguns já vêm como desintegração do projeto europeu, seja como resultado de uma ruptura violenta, seja, naturalmente, sem que ninguém se dê conta, como diz José Medeiros Ferreira, chanceler em Portugal em 1977, quando ele próprio encaminhou a adesão do país à Comunidade Europeia - <https://www.publico.pt/tema-de-capa/jornal/a-uniao-europeia-pode-desaparecer-sem-darmos-por-ela-27394081>. Uma coisa, porém, é certa, como afirma um dos estudiosos dos novos movimentos sociais na Europa, **Paolo Gerbaudo, pesquisador do Kings College,**

“Um dos resultados mais surpreendentes do estouro financeiro de 2008 e da crise econômica global que se seguiu a ele é que, na Europa, a esquerda não conseguiu capitalizar a imensa fratura social que se produziu. Apesar da aparição de movimentos como os Indignados na Espanha ou o Cinco Estrelas na Itália, e com a exceção do Syriza na Grécia, não ocorreu na Europa um avanço concreto da esquerda como alternativa de governo”

O que significa ser de esquerda hoje na Europa? Entrevista com Paolo Gerbaudo

Isso não é totalmente verdade. Duas experiências demonstram um passo à frente na concretização de mudanças. **Syriza**, na Grécia, no poder desde 2015, e **Podemos**, na Espanha, com resultados eleitorais surpreendentes, embora menores nas eleições recentes de 2016, demonstram não apenas uma nova forma de organização da esquerda, fora das corporações tradicionais, que resistem à quebra de direitos sociais mas não avançam no projeto de reorganização da sociedade, como novos estilos de liderança, distante do líder sindical ou associação, inábeis para lidar com segmentos da inteligência e da classe média. Tsipras, na Grécia, é um engenheiro brilhante e carismático, Pablo Iglesias, na Espanha, um jovem professor universitário. Ambos conclamam à democracia, através do exercício positivo do voto em lugar das catilinárias tradicionais francamente negativista, numa reedição mais ampla do que ocorreu no Chile, por ocasião do plebiscito convocado pelo General Pinochet, muito bem retratado no filme “NO”: Atualização de estilo.

Para falar sobre a esquerda, porém, é mister discutir, primeiro, o que se entende por “esquerda”.

Já não é fácil, hoje, definir exatamente o que significa “ser de esquerda”. Entre a época da Convenção Nacional – 1792-1794 - , na Revolução Francesa, quando ter-se-ia originado a expressão , e o final da Guerra Fria, em 1991, identificaram-se, sempre, como esquerda, os setores da sociedade que defendiam maior justiça social. Será que houve alguma mudança neste paradigma? Tem havido...

Na época da Revolução Francesa estes setores integravam o “Terceiro Estado” . Os jacobinos eram, então, os mais radicais nesta defesa e sentavam, com outros membros do dito Pântano ou Planície, do lado esquerdo da Assembléia.

Quase um século se passou, enquanto as tensões sociais se acentuavam com o início da industrialização na Europa, na qual pontificaram as rebeliões sem rumo que varreram o continente em 1848, até que as forças populares se reorganizassem, dando maior conteúdo à ideia mesma de “esquerda”. Mas duraria pouco esse redespertar, diante do fracasso da Comuna de Paris em 1871.

“Entre 1862 e 1863, operários britânicos e franceses começaram a debater a fundação de uma organização internacional. Esse processo terminou com a criação de um Comitê Internacional dos Trabalhadores no dia 28 de setembro de 1864. Karl Marx foi encarregado de escrever os estatutos e de fazer o discurso de fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

A primeira Internacional Socialista era uma confederação de tendências ideológicas diversas. Além dos sindicalistas havia anarquistas prudhonianos, republicanos, democratas radicais, etc. A Internacional teve vida curta, deixando de existir após a derrota da Comuna de Paris, em 1871. “

Fonte - <http://www.pstu.org.br/node/7672>

Ao final do século XIX o marxismo foi ganhando corpo junto ao movimento operário e passou a se confirmar internacionalmente hegemônico depois da Revolução Soviética, em 1917, não sem fraturas internas. Neste período constituiu-se a II Internacional, que acabaria se dividindo em três tendências, duas das quais se cristalizariam como antagônicas, dando origem à III Internacional em 1919: Reformistas x Revolucionários.

III Internacional

A Internacional Comunista (IC) foi fundada em março de 1919. Ela reunia os partidos comunistas criados a partir de cisões da social-democracia em diferentes países. Diferente da II Internacional, a Internacional Comunista se constituiu como um verdadeiro partido mundial da revolução socialista, com um programa revolucionário e guiada pelo centralismo democrático.

Fonte - <http://www.pstu.org.br/node/7672>

Ser de esquerda”, depois desta última data passou a significar, então, durante meio século, a adoção do credo marxista-leninista do assalto ao Poder e de um ou outra maneira, apoiar a União Soviética, sob a justificativa de que era a vanguarda do internacionalismo proletário, no âmbito do Movimento Comunista Internacional - primeiro sob a égide do KOMINTERN, nome fantasia da III Internacional (1919/1943) e , depois, do COMINFORM - Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (1947-1956)

É verdade que essa era uma vertente revolucionária da esquerda, guiada pela utopia do assalto ao poder e construção do socialismo sob a égide de um partido de classe ,capaz de montar e dirigir uma

economia centralmente planificada, nos moldes do que ficou consagrado como princípios do marxismo-leninismo.

Tal vertente nada mais foi do que um desdobramento, no seio do que já se conhecia como social-democracia, no final do século XIX, quando os partidos já estavam nacionalmente organizados na Europa. A social democracia rejeitou o modelo soviético e reunificou-se, na década de 1920, sob a bandeira de um socialismo dito evolucionário, ou seja, reformista, logo denunciado como cor de rosa e colaboracionista do empresariado. Ainda assim, “de esquerda”, já que empenhada à causa de eliminação de desigualdades.

Ao longo do século XX, com o fracasso das expectativas revolucionárias na Europa Ocidental, a social-democracia consolidou-se como o pilar fundamental da construção do Estado de Bem Estar. Isso foi mais efetivo nos países em que teve maior sucesso eleitoral. Até hoje, contudo, continua organizada sob a II Internacional Socialista e tem influência considerável no sistema político da região.

Na primeira metade do século XX, além mar, algumas correntes políticas empenhadas na libertação nacional ou econômica de seus povos foram se organizando, também, à margem da esquerda revolucionária, de caráter comunista, ou social-democrata, de caráter reformista. Constituíram-se no calor mesmo das lutas internas destes povos, passando a ocupar um papel senão “de esquerda”, “à esquerda” das disputas políticas, como defensora da soberania de seus países e direitos sociais dos trabalhadores, nos processos em que se envolviam, nos quais, muitas vezes, tinham que se bater contra os comunistas. Este foi o caso de Perón, na Argentina e Vargas, no Brasil, cujas experiências nacional-desenvolvimentistas foram simplesmente identificadas como “populistas”, isto é, sem conteúdo definido de classe e, portanto, sem perspectiva revolucionária. Caso típico, a posição do Partido Comunista do Brasil na véspera do suicídio de Vargas, em agosto de 1954, denunciando-o como instrumento do imperialismo, posição que foi revertida diante da destruição das instalações do Jornal do PCB, na revolta popular que se seguiu aos acontecimentos. Ser de esquerda, portanto, nestes países periféricos, introduzia um questionamento nas fórmulas teóricas que o tempo só faria reproduzir.

Na década de 60 o cenário da esquerda, seja na sua vertente revolucionária, seja na reformista, começa a se modificar.

Isaac Deutscher, biógrafo de Trotsky, defensor de suas idéias e, ele próprio, historiador desta dissidência do marxismo soviético, já advertia no campo revolucionário três grandes tendências, além do trotskismo: a soviética, a chinesa e a castrista. Não se trata, aqui, de aprofundar sobre as características de cada uma destas orientações. Apenas registrá-las como parte do processo de liquidação do monolitismo soviético sobre as esquerdas. Ainda assim, importa registrar o gradual abandono dos comunistas influenciados por Moscou da linha propriamente revolucionária. Na década de 1970, por exemplo, os mais expressivos Partidos Comunistas da Europa Ocidental cunham uma expressão, Eurocomunismo, para expressar o abandono do leninismo clássico. Depois da extinção da União Soviética estes mesmos Partidos acabaram se fracionando em inspirações tão reformistas quanto os velhos partidos social-democratas, embora seus embriões ortodoxos jamais tenham deixado de existir. Em alguns casos, como o Partido Comunista Português – PCP - , não houve abertura ao dito eurocomunismo, nem, tampouco, à fragmentação depois do colapso do Muro. Sob os longos anos salarismo falava-se muito em Portugal do orgulho isolacionista. Parece que ele enraizou fundo na cultura local...

Outro importante fato, digno de menção, iniciado em meados do século XX e de grande expressão a partir dos anos 60 foi o advento da Teologia da Libertação no seio da Igreja Católica, no rastro do Concílio Vaticano II e que viria a ter peso significativo junto aos movimentos populares, sobretudo na América Latina, alinhando católicos de esquerda juntos aos movimentos populares. Este segmento viria a ter importância decisiva na formação do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, em 1980, como assinala José de Souza Martins no seu recente livro....

O final do século do XX, tem, pois, um cenário de intervenções atribuídas à pessoas, movimentos, doutrinas e partidos de esquerda, muito mais diversificado e complexo do que no início do século. “Ser de esquerda” passa a ter muito mais elasticidade. Curiosamente, declinaram as vertentes revolucionárias, com o recuo do castrismo em suas tentativas de intervenção no continente e o virtual ensimesmamento da China ao seu particular modelo de construção capitalista do socialismo. Os movimentos de libertação nacional, associados ou não às aspirações nacional-desenvolvimentistas, estas mais próprias da América Latina, refluem, também, aos seus próprios países recém libertados ou em desafios à construção de

uma difícil modernidade. A exceção fica por conta do “Bolivarismo”, de inspiração justicialista pelo Presidente Hugo Chaves, desde sua ascensão ao poder na Venezuela em 1999. Num dado momento, passou, também, a se identificar “à esquerda” do espectro político do continente, articulando distintas experiências como as da Argentina, Uruguai, Equador e mesmo Brasil

O que é bolivarianismo?

O termo provém do nome do general venezuelano do século 19 Simón Bolívar, que liderou os movimentos de independência da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia. Convencionou-se, no entanto, chamar de bolivarianos os governos de esquerda na América Latina que questionam o neoliberalismo e o Consenso de Washington (doutrina macroeconômica ditada por economistas do FMI e do Banco Mundial).

Marsilea Gombata in Você Sabe o que é Bolivarismo -Carta Maior

<http://www.contextolivre.com.br/2014/11/voce-sabe-o-que-e-o-bolivarianismo.html>

Hoje subsiste, pois, a ideia original de que “ser de esquerda” significa optar por um caminho de mudanças, graduais ou não, com vistas à ampliação de direitos sociais e melhor qualidade de vida para o conjunto da sociedade. Mas, salvo para os ortodoxos do velho marxismo-leninismo, presentes em vários Partidos Comunistas remanescentes, “ser de esquerda” tornou-se um arco mais flexível. Não significa ser membro de tal o qual Partido, muito menos que se adira a este ou aquele modelo internacional ou doutrinário.

A sociedade pós industrial contribui para isso, com a proliferação de grandes massas dispersas em habitats urbanos mais vastos do que os antigos bairros operários, ocupadas em atividades cada vez mais fragmentadas de serviços, paralela à ampliação de direitos ao longo do século XX. Multiplicaram-se as demandas populares numa infinidade de direções, cada uma delas ancorada em movimentos organizados com forte presença na sociedade civil. Subiste, por certo, na base da economia de mercado o conflito básico capital/trabalho, e uma configuração geral no mundo assim regulado, de um pequeno grupo de pessoas muito ricas e uma imensidão de pobres. Tornou-se conhecida a revelação de 1% da população

mundial controla os ativos que controlam e condicionam o resto. No interior, porém, dessas sociedades há uma diversidade sócio-econômica muito grande. Há os países do norte, desenvolvidos, e os países do hemisfério sul, subdesenvolvidos e entre eles, situações distintas, como os países em desenvolvimento da esfera capitalista, alguns articulados em torno do acrônimo BRICS situados no hemisfério sul, como o Brasil, Índia e África do Sul; outros não necessariamente, como Argentina, Chile, México e países da Oceania; outros, como os exportadores de petróleo, são os “pobres-ricos”. No hemisfério norte, a diversidade também é grande, seja na âmbito da União Europeia, caso da Grécia e outros, seja outros países emergentes como a Turquia. Caso da Rússia, nem falar. Uma grande potência em transição com veleidades de supremacia.

O mapa geopolítico do mundo enfim, já não comporta traços divisórios muito rígidos, tipo Norte-Sul, desenvolvidos-subdesenvolvidos, centro-periferia. No interior de cada uma dessas configurações, então, nem falar. Reina incrível diversidade .

De qualquer forma, pode-se dizer que as sociedades ocidentais mais desenvolvidas, nas quais se situa a Europa, detêm uma característica: São complexas e detêm uma vigorosa classe média, cuja definição precisa ainda se constitui em grande esforço dos sociólogos. Sabe-se, apenas , que detêm um peso muito grande como consumidoras e como formadoras de opinião.

A Europa, com raízes diferentes, reflete e contém também todas estas particularidades da passagem do tempo: Transformações sócio-econômicas, diversidade cultural, polinucleação das demandas sociais, ambivalências ideológicas e grandes bolsões de imigrantes não integrados. (As chamadas zonas proibidas (no-go zones), habitadas pelos imigrantes, cerca de 500 espalhadas pela Europa Ocidental formam verdadeiros quistos urbanos homogêneos e desintegrados das respectivas sociedades. Pesquisa feita nestas áreas de ocupação muçulmana em Paris afirma que metade dos jovens aí residentes apoia o Estado Islâmico (Daesh)) Seu núcleo demográfico total, 742,5 milhões (2013) milhões de pessoas, incluindo a Rússia, é um poderoso estímulo ao consumo e investimento, tendo, na sua parte Ocidental, aproximadamente 80% da força de trabalho no setor de serviços, grande parte na classe média, enquanto apenas 15% como classe operária, sendo estas o núcleo duro das organizações de esquerda refletem, assim, o antigo sistema produtivo industrial.

Com o plano Marshall, a necessidade de mão de obra fez com que os europeus estimulassem a imigração para a Europa. Os imigrantes faziam os trabalhos que o povo europeu não se prestava a fazer (trabalho braçais e considerados humilhantes para os europeus) e recebiam baixos salários.

Com um mundo globalizado e informatizado, a Europa prefere comprar de outros países produtos de menor tecnologia, sendo assim, com a menor necessidade de mão de obra, o trabalhador estrangeiro é tido como um concorrente com os trabalhadores europeus no mercado de trabalho da Europa. Gerando assim, uma espécie de [xenofobia](#) (aversão aos estrangeiros imigrantes).

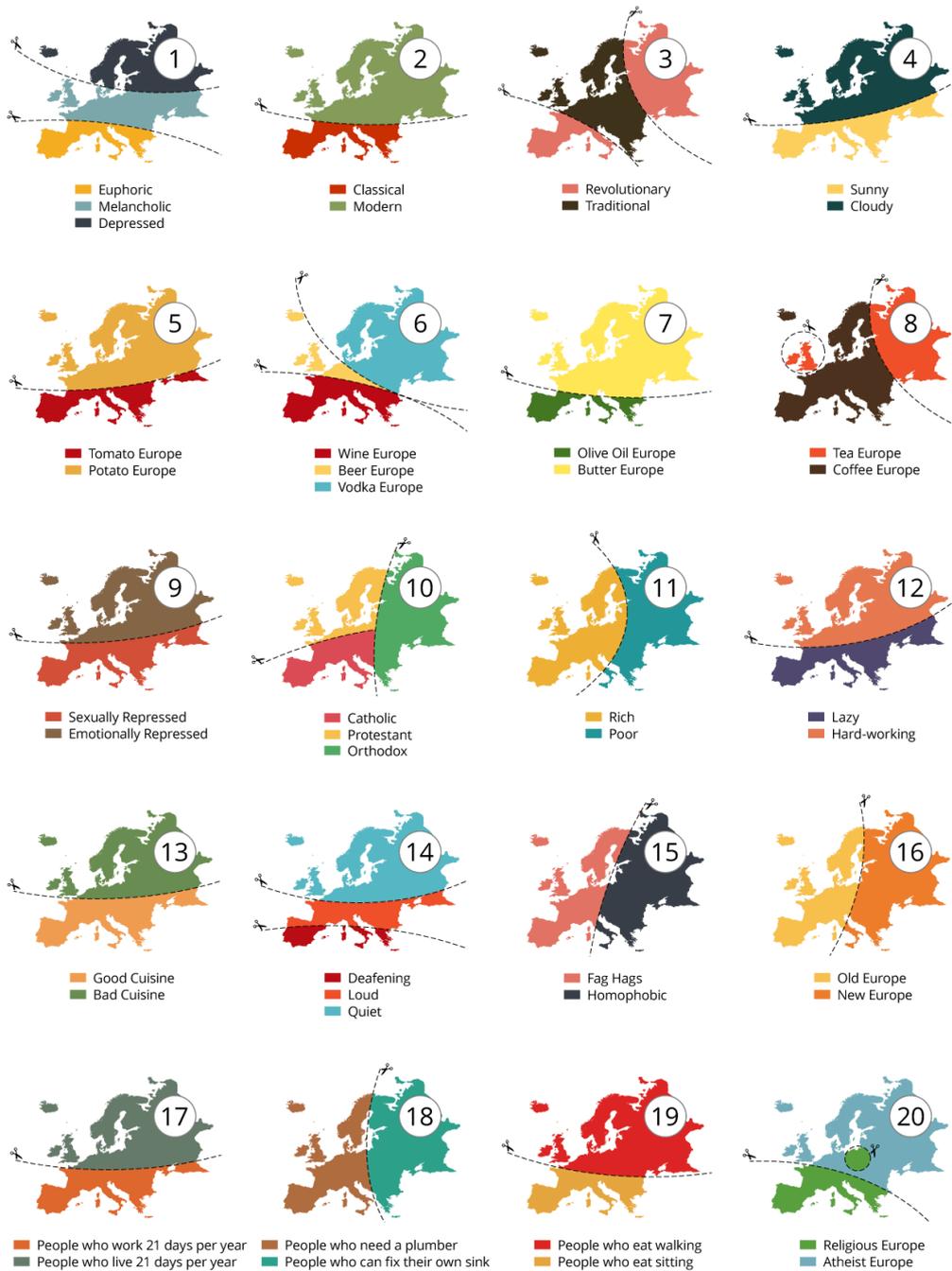
<http://www.coladaweb.com/geografia/continentes/a-populacao-europeia>

Eis como uma alma amena reparte a Europa, em suas múltiplas determinações particulares:

20 WAYS TO BREAK EUROPE

from Atlas of Prejudice by Yanko Tsvetkov

www.atlasofprejudice.com



No fim do século XX, a Europa Ocidental , organiza, num longo e difícil processo, a União Europeia. Foi fundada por França, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Países Baixos e Alemanha, em 1993, com sede em Bruxelas. Hoje conta , ainda com 28 países membros, mas a Grã Bretanha já tomou a decisão de se retirar do bloco, na vitória da campanha que ficou conhecida como BREXIT, vencedora do plebiscito realizado em junho de 2016. As

Mesmo dentro desta Europa unificada, na União Europeia, há muitas Europas: Países grandes, como Alemanha, países pequenos como Luxemburgo, países em franco desenvolvimento como a Espanha, países mais atrasados, como vários do leste europeu. E há o caso especial da Grã Bretanha, sede de um antigo Império Colonial, sempre avessa ao continente.

Sobre esta União Europeia, em fase grandes reflexões e mudanças, me detenho.

Ela ainda se recupera, nos dias que passam, do choque do anúncio da saída da Grã Bretanha- o BREXIT, que durará cerca de dois anos, enquanto se debate, no seu interior com as sequelas da Crise de 2008. Seu maior Banco, o Deutsch Bank, dá sinais de que está em situação difícil, muito parecida àquela do Lehmann Brothers, nos Estados Unidos. Outros países, enfrentam-se com graves problemas de desemprego. Pode-se dizer que se vive, aqui, uma época de reflexões e mudanças. Acabou o sossego, ainda que a vida, em geral, muito interiorana em toda Europa, seja bastante tranquila. Portugal, por exemplo, é o quinto país mais pacífico do mundo. Neste quesito, nós, brasileiros, nada herdamos...

A primeira mudança se faz na Grã Bretanha, com a posse de nova Primeira Ministra Theresa May, em meio a um cenário de brutal queda do valor da libra esterlina, provocada pelo anúncio da saída da União Europeia, e riscos de separação da Escócia - talvez Irlanda do Norte - , para não falar da forte reação da população londrina que chegou, até, em falar de se constituir em Cidade Estado. (Já pensou se a moda pega no Brasil? Podíamos deflagrar um Movimento pela República Solar de Torres...!)

Theresa May terá, entretanto, que lidar com todos os velhos e novos problemas, começando pelos procedimentos para o retorno à

economia de um só e soberano país. Tem, ela, contudo, a seu favor, o ter recolocado o Partido Conservador fora do alcance das figuras apoteóticas e demagógicas, que pesaram a favor do BREXIT (saída do país da União Europeia). Está empoderada, sem constrangimentos aliados, no centro do Partido e do Governo.

Thereza May lembra muito sua antecessora, a Dama de Ferro, Margareth Thatcher, também conservadora, nos anos 1980, mas talvez se pareça mais com Angela Merkel, chanceler da Alemanha. Os tempos mudam e moldam novas personalidades afinadas com novos desafios. Há uma nova geração conservadora na Europa mais aberta ao diálogo com os costumes e com as demandas contemporâneas. Aquela era uma época de forte declínio da ideologia socializante no mundo inteiro, na antevéspera do fim da União Soviética.

Outras mudanças vão se sucedendo no campo da esquerda europeia, multiplicando-se a indignação frente às contorções da crise econômica pós-2008 e a rigidez das autoridades europeias para minorar seus impactos. Há muitos dignósticos, muitas mobilizações e manifestos, mas a questão central é como saltar desses sintomas para uma política socialista mais unificada que reflita uma nova sociedade de redes numa era pós-industrial.

O pacto social-democrata, vigente em toda a Europa desde o fim da II Guerra, em 1945, inspirado numa esquerda moderada voltada à criação de um Estado de Bem Estar, demonstrava seus limites e abria uma era de renovação (neo)liberal, aberta pela forte presença de Margareth Thatcher como Primeira Ministra da Grã Bretanha (1979-1990) - privatizações, maior competitividade e estímulos ao livre mercado -, a qual arrastaria em seu curso, inclusive, tradicionais figuras do socialismo europeu, como François Mitterrand, na França, e Tony Blair, na Inglaterra. O ideólogo desta fase de convergência entre conservadores e a esquerda na Europa foi um sociólogo de grande influência na Inglaterra, Anthony Giddens, que assim resumia a Agenda da Terceira Via:

Trechos do artigo -Trabalhistas e Conservadores- no El País -
25/07/07

1. Há uma série de princípios estratégicos principais, bem diferenciados do pensamento da esquerda tradicional. O primeiro é: apoderar-se do centro político. Nenhum partido social-democrata pode hoje triunfar se pretender atrair uma determinada classe. O importante é tratar de mover o centro da gravidade política para a esquerda. Nos últimos dez anos, o trabalhismo soube fazê-lo.

2. O segundo princípio é: assegurar a solidez da economia. Garantir mais justiça social significa contar com uma economia mais sólida, não o contrário. Os governos trabalhistas anteriores, quase sem exceção, acabaram em crise econômica aos poucos anos de deter o poder.

3. O terceiro princípio é o de realizar grandes investimentos nos serviços públicos, mas insistindo em que sejam acompanhados de reformas destinadas a fazer com que tais serviços sejam mais eficientes e transparentes e tenham maior capacidade de reação. Para isso são essenciais a possibilidade de escolha e a competência.

4. O quarto princípio é o de criar um novo contrato entre o Estado e os cidadãos, que inclua tanto direitos, quanto responsabilidades. O governo deve proporcionar os recursos necessários para ajudar a gente a

*construir
sua própria vida, mas a gente deve cumprir sua parte no pacto. Por
exemplo,
até agora, as indenizações por desemprego eram um direito
incondicional.
Mas agora, essa situação convida a não assumir nenhuma
responsabilidade e
tem o efeito de impedir o acesso dos trabalhadores a certos postos
de
trabalho. As pessoas que perdem seus empregos devem
responsabilizar-se pela
procura de trabalho e, ao mesmo tempo, devem ter a possibilidade
de
atualizar sua formação quando o necessitem.*

*5. Por último, o princípio mais controvertido - embora crucial para o
êxito
do trabalhismo - não permitir que a direita política monopolize
nenhuma
questão. A direita tende a prevalecer sempre em áreas, como a
ordem
pública, a imigração e o terrorismo; temos de buscar soluções de
centro
esquerda para estes problemas. Dadas as repercussões de viver
num mundo
mais globalizado, é preciso que encontremos um novo equilíbrio
entre as
liberdades civis e a segurança.*

Esta convergência ideológica, que perdurou da década 1990 até bem pouco, se, por uma lado, isolou a esquerda mais radical em seus respectivos países e quebrou muitas das conquistas sociais do período anterior, contribuiu para a unificação da Europa, acima do princípio das antigas soberanias nacionais, altamente beligerantes, e fortes pressões corporativas. A União Europeia, enfim, foi a realização de um velho sonho dos espíritos mais lúcidos, moderados e ideologicamente convergentes da região. Mas que se consumiu ao longo da implantação da unificação e de desdobramentos de um

sistema econômico global cada vez mais financeirizado e desregulado, que traria tensões e desequilíbrios cada vez mais insuportáveis na região.

A crise de 2008, com seus reflexos financeiros e fiscais na Irlanda, na Islândia, na Grécia, em Portugal e Espanha, todos com crises em suas dívidas soberanas, mercê de déficits sistemáticos de seus respectivos governos, submetidos aos rigorosos controles de Bruxelas, ressuscitou divergências antigas e tensões inusitadas. As fórmulas de austeridade fiscal impostas a estes países, concebidas no formato do Consenso de Washington, dentro de estritas prescrições neoliberais traziam inquietação. Acabaram literalmente contestadas como inapropriadas, sobretudo á luz das experiências positivas de alguns países dissidentes como Brasil, Índia e Rússia, que surfavam em divisas graças à emergência da China no mercado internacional. Isso minou a convergência ideológica animada pelo “no alternativas” de décadas atrás fomentando discórdias inusitadas na União Europeia. Tais disputas ficam mais acirradas ainda quando o próprio FMI, uma das instituições da governança financeira do bloco, a cargo da chamada TROIKA (FMI, Banco Central Europeu e EU) dá mostras de falhas no receituário. Eis o que diz um relatório firmado pelo o vice-diretor do departamento de pesquisas Jonathan D. Ostry, o chefe divisional Prakash Loungani e o economista Davide Furceri e divulgado na primeira metade de 2016

"Em vez de gerarem crescimento, algumas políticas neoliberais têm aumentado a desigualdade e colocado em risco uma expansão duradoura".

A insurgência política abala a Europa

Por Gemma Casadevall

Na verdade, a Europa deveria estar satisfeita com o surgimento de novas formações políticas em tempos de participação eleitoral

decrecente. Partidos como o Syriza, na Grécia, e o Podemos, na Espanha, não estão sendo guiados por inábeis adversários do sistema, mas por líderes jovens e bem preparados. Na Grécia, trata-se de Alexis Tsipras, um engenheiro brilhante com sorriso carismático; na Espanha, do professor universitário Pablo Iglesias. Eles instam os cidadãos a fazer uso dos instrumentos democráticos por excelência: os próprios votos.

Tsipras e Iglesias representam uma nova esquerda europeia, que sabe como conquistar os votos dos desesperados. Por outro lado, eles mantêm a maior distância possível do establishment político dos partidos tradicionais. Isso pode ser visto na decisão de Tsipras de formar uma coalizão com os nacionalistas conservadores do partido Gregos Independentes e no tom que o novo primeiro-ministro grego usa para se dirigir a Bruxelas e Berlim. O novo governo grego se recusa a reconhecer a troica, formada pelo Banco Central Europeu (BCE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia, como interlocutora.

O aliado espanhol de Tsipras, Iglesias, também aposta na provocação ao dar entrevistas para a emissora iraniana Hispan TV, transmitida em espanhol. Ele enfrenta agora tanto o rótulo de ter se colocado a serviço do regime iraniano quanto o de querer importar o modelo chavista da Venezuela para a Espanha. O jovem movimento espanhol é visto como populista também pelos adversários políticos e pelos meios tradicionais de comunicação.

Isso não parece impressionar os seguidores do Podemos. No último sábado, eles lotaram a Puerta del Sol, local onde, em 2011, o movimento dos "indignados" ganhou forma a partir de um imenso acampamento de barracas. O eleitorado do Podemos se alimenta desses "indignados", grupo composto majoritariamente por jovens acadêmicos com boa formação, num país onde o desemprego entre os jovens é tão alto que se fala de uma "geração perdida".

Todas as tentativas de desacreditar o partido têm falhado junto a uma geração de seguidores, que não acredita mais nem nos políticos nem nos meios de comunicação: segundo eles, ambos teriam se vendido aos respectivos financiadores. Algumas "tentativas de desmascaramento" ganharam um caráter grotesco, como os esforços de aniquilar as carreiras acadêmicas de alguns importantes representantes do Podemos. É questionável a tentativa de se fazer tais "revelações" num país em que foram abertos centenas de processos de corrupção contra políticos de todas as facções, que estão ou não no poder – em nível nacional, em regiões autônomas e nos municípios.

A Europa deveria ter medo diante do peso dessa nova esquerda? Em circunstâncias normais, o Syriza e suas propostas radicais teriam fracassado nas urnas. O ponto forte do movimento não está no sorriso de Tsipras, mas na devastação provocada pelas medidas de austeridade econômica que a troica impôs à população. Para os cidadãos, o ex-premiê grego [Antonis] Samaras e o atual homólogo espanhol [Mariano] Rajoy, personificam a submissão à imposição.

Após a vitória do Syriza, representantes dos grandes partidos espanhóis repetiram, como um mantra e em diferentes variações, a frase: "A Espanha não é a Grécia." Nela, reflete-se a consternação geral diante do Podemos. Mas, em certo sentido, a sentença é verdadeira: embora a recuperação da economia espanhola não tenha chegado de verdade aos cidadãos, ao contrário da Grécia, o país não está sentado sobre uma montanha de dívidas.

A Marcha da Mudança até a Puerta del Sol foi uma demonstração de força. Mas, até as eleições parlamentares, o Podemos ainda vai ter que passar por muitas provas, que irão mostrar qual a impressão que os eleitores têm do partido. Entre março e setembro, estão programadas diversas eleições regionais e municipais. Durante esses meses, a posição de Tsipras com relação à União Europeia

pode se tornar o maior inimigo do Podemos. Um confronto radical, que viesse a pôr em questão a permanência da Grécia na zona do euro, teria um efeito dissuasivo sobre o eleitorado moderado que segue agora a onda do Podemos.

Talvez venha a ser Iglesias [líder do Podemos] quem vai insistir em dizer: "A Espanha não é a Grécia." Então, sua primeira vítima não seria o Partido Popular do premiê Rajoy, mas desde esquerda tradicional até os socialistas espanhóis – engolidos pela força da onda de sucesso do Podemos, assim como aconteceu com o partido socialista grego Pasok diante do Syriza.

O erro da "Nova Esquerda" europeia, e as possibilidades de uma guerra civil na Europa

<http://infielatento.blogspot.pt/2016/05/nova-esquerda-europeia-guerra-civil-Europa.html>

quinta-feira, 12 de maio de 2016

Neste artigo, eu uso o termo "Nova Esquerda" para os socialistas órfãos pela queda da União Soviética e adeptos da Teoria Crítica. (Você os identifica pelo uso de sentenças e frases que não fazem o menor sentido. Os socialistas clássicos eram/são mais fáceis de entender, e também mais lógicos.)

Os socialistas europeus, órfãos desde a dissolução da URSS, e afogados pela Teoria Crítica (marxismo cultural), vêm a Hégira, a imigração islâmica em massa, como uma arma contra o nacionalismo europeu. Com isso, eles arriscam a destruição completa da sua cultura e da sua civilização, mas eles não se preocupam com isso. Eles acham que podem usar os muçulmanos para exterminarem, de uma vez por todas, com todo o vestígio do nacionalismo europeu, a ser substituído por um "novo homem

européu", que não será nem alemão, nem francês, nem sueco, nem dinamarquês, nem português e nem espanhol, mas sim um "euro-homem", que provavelmente terá uma esposa em casa que usa um hijab. Mas, para eles, isso não importa.

O problema é que os muçulmanos nunca irão parar para agradecer a estes "novos socialistas" por se alinharem a eles. Os muçulmanos vão simplesmente continuar empurrando a sua agenda. Os socialistas seculares, em geral, usam o "caminho mais fácil" (o caminho de menor resistência), e, acabarão simplesmente se convertendo ao islamismo. Eles não irão lutar pelo secularismo ou pelo ateísmo contra um credo que diz para recitar a Shahada (a profissão de fé islâmica) três vezes senão eles serão degolados. Eles não irão resistir. Se eles não têm coragem de resistir ao islão agora, quando a escolha entre conversão ou morte lhes for apresentada, eles irão simplesmente se converter. É claro que eles ainda vão se comportar dentro do padrão que eles foram educados, mas os seus filhos (se eles tiverem algum) serão educados como muçulmanos, então, adeus secularismo e ateísmo, bem-vindo jihad.

É difícil imaginar a Europa Ocidental resistindo a esta enorme invasão islâmica. Se fossem, digamos, 300 mil homens armados como um exército seria mais fácil. Mas a Europa perdeu o seu alicerce para resistir a invasão de 300 mil homens desarmados, armados apenas com a ideologia islâmica. E sabemos que isto irá continuar nos próximos anos. E são muito mais do que apenas 300 mil homens em idade de serviço militar ... e doidos por sexo com as mulheres europeias, e achando que os homens europeus são todos homossexuais.



Dentro deste aspecto, o rumo mais provável é mesmo uma guerra civil. Neste cenário, a Europa irá se parecer com a Síria, com o Líbano, com a Bósnia, ou mesmo com Ruanda. Quando existem muçulmanos suficientes para elegerem o prefeito de Londres (ele recebeu 1,3 milhões de votos, o mesmo número de muçulmanos residentes em Londres), então, se um conflito surgir, vai ser uma guerra civil. As zonas proibidas (no-go zones) espalhadas pela Europa Ocidental (e são mais de 500) já formam blocos urbanos homogêneos, e eles não serão mais invasores, mas eles estarão lutando no "seu ambiente."



Nos anos 80, a cidade de Hama, na Síria, havia se tornado um reduto da Irmandade Muçulmana, e, dela, saiam carros-bomba para

explodirem em Damasco. A situação só se acalmou depois que o presidente Hafez al-Assad, pai do atual presidente sírio, enviou o exército e 25 mil pessoas acabaram mortas (o Massacre de Hama)! Você vê algum governo da Europa Ocidental fazendo isso? É mais provável que algum tipo de acordo entre os governos os jihadistas seja proposto. Algum tipo de acordo seria possível com jihadistas, que apenas aceitam um resultado em qualquer conflito, a saber, a implementação da Sharia? Afinal, eles seguem Maomé e o exemplo de acordo com infiéis segue o [Tratado de al-Hudaybiyya](#).

Ou seja, um cenário de luta constante até a rendição total da Europa é o mais provável. Enquanto isso, a Europa Ocidental irá sofrer o mesmo processo que o Líbano vem passando nos últimos 50 anos (veja [vídeo](#)).

Deve-se ressaltar que para o corporativismo globalizante, tanto faz. Para ele, o que interessa é o lucro, independente de quem compre.

No vídeo abaixo, Brigitte Gabriel fala sobre a história recente do Líbano. Tem gente que a acusa de ser racista, xenófoba, fdp, etc. Mas a questão é: **o que ela fala é verdade.**

Brigitte Gabriel fala sobre a história recente do Líbano

A Europa desintegrada?

ÁLVARO VASCONCELOS

16/07/2016 - <https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-europa-desintegrada-1738503?page=2>

A derrota dos golpistas será um momento de verdade para o projecto de uma Turquia democrática. Para a União Europeia é igualmente um momento de verdade, pois terá que demonstrar que respeita a legitimidade democrática, mesmo que um qualquer acto eleitoral dê a vitória a um partido islamista.

-

A derrota dos golpistas será um momento de verdade para o projecto de uma Turquia democrática. O Presidente Erdogan tem que vencer a tentação de utilizar esta vitória sobre os golpistas para concentrar ainda mais poder, e sobretudo deve garantir um processo jurídico justo aos golpistas e evitar uma caça às bruxas. Para que a Turquia volte a ser um elemento de esperança no Médio Oriente, Erdogan deve unir o país e retomar o processo de consolidação democrática.

Para a União Europeia é igualmente um momento de verdade, pois terá que demonstrar que respeita a legitimidade democrática, mesmo que um qualquer acto eleitoral dê a vitória a um partido islamista. A União deveria não só condenar energicamente a tentativa de golpe como assumir, de uma vez por todas, que a Turquia é um país europeu. Não pode persistir qualquer dúvida em relação à posição europeia: nenhum golpe, fracassado ou bem-sucedido, encontrará compreensão ou a prossecução de uma "política realista" por parte da União, nenhum Governo militar ou que saia de um golpe poderá ser reconhecido. Este compromisso da União Europeia poderia ser afirmado com uma alteração da política conciliatória face à ditadura militar instalada no Cairo, mostrando que a luta contra o Daesh não justifica alianças com regimes que violam gravemente os direitos humanos.

A União não pode sucumbir à tentação de assumir uma política dita realista, um caminho que as imposições e ameaças a Estados membros, como Portugal ou a Grécia, ou o cínico tratamento dado dos refugiados, prenuncia. Este tipo de política põe directamente em causa a razão de ser da integração europeia. A defesa dos direitos fundamentais, na ordem interna e internacional, é condição necessária para a unidade da União e logo para a sua sobrevivência.

Antigo Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia

**Construindo uma Internacional
progressista**

Pode a humanidade produzir e implementar um sistema que torne o nosso planeta ecológica e economicamente sustentável?

<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FConstruindo-uma-Internacional-progressista%2F6%2F36549#.V6e18I33O2M.facebook>

Yanis Varoufakis



ATENAS – A política nas economias avançadas do Ocidente está passando por um estremeamento político não visto desde 1930. A Grande Deflação que agora está arrebatando os dois lados do Atlântico está revivendo forças políticas que estavam dormentes desde o final da 2ª Guerra Mundial. A paixão está voltando para a política, mas não do jeito que esperávamos.

A direita se animou com um fervor anti-establishment que era, até recentemente, uma reserva da esquerda. Nos Estados Unidos, Donald Trump, o candidato presidencial dos Republicanos, está desafiando sua oponente Democrata, Hillary Clinton, por seus laços com Wall Street, pela vontade de invadir terras estrangeiras e a prontidão em abraçar acordos de livre-comércio que têm prejudicado o padrão de vida de milhões de trabalhadores. No Reino Unido, o Brexit colocou Thatcheristas ardorosos no papel de defensores entusiastas do Serviço Nacional de Saúde.

Essa mudança não é sem precedentes. A direita populista

tradicionalmente adotou retóricas quase de esquerda em tempos de deflação. Qualquer um que tenha estômago para aguentar revisitar os discursos de líderes fascistas e nazistas dos anos 1920 e 1930 irá encontrar apelos – os louvores de Benito Mussolini à seguridade social ou as críticas ferinas de Joseph Goebbels ao setor financeiro – que parecem, a uma primeira vista, indissociáveis de objetivos progressistas.

O que estamos vivenciando hoje é a repercussão natural da implosão de políticas centristas, devido a uma crise do capitalismo global na qual um colapso financeiro levou a uma Grande Recessão e à grande deflação de hoje. A direita está simplesmente repetindo seu velho truque de se aproveitar da raiva e frustração das vítimas para avançar com sua agenda repugnante.

Tudo começou com a morte do sistema monetário internacional estabelecido em Bretton Woods em 1944, que forjou um consenso político no período do pós-guerra, baseado em uma economia “mista” que colocava limites à desigualdade, e forte regulação financeira. Essa “era de ouro” se foi com o chamado choque de Nixon em 1971, quando os Estados Unidos deixou de gerar excedentes que, reciclados internacionalmente, mantinham o capitalismo global estável.

Em especial, a hegemonia norte-americana cresceu nessa segunda fase pós-guerra em paralelo com seus déficits do comércio exterior e orçamentário. Mas para continuar financiando esses déficits, os banqueiros tinham que ser libertados de suas restrições do New Deal e de Bretton Woods. Somente então iriam estimular e gerenciar os fluxos de capital para dentro do país, necessários para financiar seus déficits fiscal e da balança de transações correntes.

A financeirização da economia era o objetivo, o neoliberalismo era sua capa ideológica, o aumento das taxas de juros da era Paul Volcker do Federal Reserve eram seu gatilho e o presidente Bill Clinton era último a fechar essa barganha faustiana. E o timing não poderia ter sido mais agradável: o colapso do império soviético e a abertura da China geraram a aparição de mão-de-obra para o capitalismo global – um bilhão de trabalhadores a mais – que aumentaram os lucros e contiveram os aumentos do salário em todo o Ocidente.

O resultado da extrema financerização foi uma desigualdade enorme e uma vulnerabilidade profunda. Mas ao menos a classe trabalhadora do Ocidente tinha acesso a empréstimos baratos e preços de moradia inflacionados para compensar o impacto dos salários estagnados e das transferências fiscais em declínio.

Então veio a crise de 2008 que, nos EUA e na Europa, produziu um excesso massivo tanto de pessoas como de dinheiro. Enquanto muitos perdiam seu empregos, suas casas e suas esperanças, trilhões de dólares em poupanças esparramavam-se pelos centros financeiros mundiais desde então, por cima de mais trilhões que foram bombeados pelos desesperados bancos centrais ansiosos por substituir o dinheiro tóxico dos financistas. Com as empresas e os atores institucionais muito assustados para investir na economia real, os preços das ações explodiram (os 0.1% do topo não conseguem acreditar em sua sorte), e o resto assiste sem esperanças enquanto as vinhas da ira estão “engrossando e ficando mais pesadas, crescendo pesadas para a colheita.”

E assim essa grande parte da população na América do Norte e na Europa se tornou muito endividada e muito cara para serem qualquer coisa senão descartados – e prontas para serem manipuladas por Trump através da tática do medo, pela xenofobia de Marine Le Pen líder do Front Nacional Francês, ou pela visão dos adeptos do “Brexit” de um Reino Unido que passaram a dominar novamente. Enquanto eles crescem, os partidos políticos tradicionais estão caindo na irrelevância, suplantados pela emergência de dois novos blocos políticos.

Um bloco representa a velha troika da liberalização, globalização e financeirização.

Pode ainda estar no poder, mas seu estoque está se esgotando rapidamente, como podem atestar David Cameron, os democratas socialistas da Europa, Hillary Clinton, a Comissão Europeia, e até o governo do Syriza pós-capitulação.

Trump, Le Pen, os adeptos do “Brexit” de direita do Reino Unido, os governos iliberais da Polônia e da Hungria e o presidente russo Vladimir Putin estão formando o segundo bloco. O deles é uma Internacional nacionalista – uma criatura clássica em períodos deflacionários – unidos por um desprezo à democracia liberal e à capacidade de mobilizar aqueles que poderiam esmagá-la.

O conflito entre esses dois blocos é real e enganoso. Clinton vs. Trump constitui uma batalha genuína, por exemplo, como é a União Europeia vs. os adeptos do “Brexit”; mas os dois combatentes são cúmplices, não adversários, em perpetuar um “looping” interminável de fortalecimento mútuo, com cada lado definido pelo que se opõe – e mobilizando seus apoiadores para isso.

O único jeito de sair dessa armadilha política é um internacionalismo progressista, baseado na solidariedade entre as grandes majorias ao redor do mundo que estão preparadas para reavivar políticas democráticas em uma escala planetária. Se isso soa utópico, é válido enfatizar que a matéria prima já está disponível.

A “revolução política” de Bernie Sanders nos EUA, a liderança de Jeremy Corbyn do Partido dos Trabalhadores no Reino Unido e o DiEm25 (Movimento “Democracia na Europa”) no continente, estes são os prenúncios de um movimento por uma internacional progressista que pode definir o terreno intelectual sobre o qual cada política democrática precisa ser construída. Mas estamos em um estágio inicial e enfrentamos uma reação negativa da troika global: veja-se o tratamento que teve Sanders pelo Comitê Nacional Democrata, a corrida contra Corbyn por um ex- farmacêutico lobista e a tentativa de me condenarem por ter ousado enfrentar os planos da União Européia para a Grécia.

A Grande Deflação coloca uma grande questão: pode a humanidade produzir e implementar uma nova e avançada Bretton Woods “verde” - um sistema que torne o nosso planeta ecológica e economicamente sustentável – sem a dor em massa e destruição que precederam o Bretton Woods original?

Se nós – internacionalistas progressistas – não respondermos essa questão, quem irá?

Nenhum dos dois blocos políticos que estão lutando pelo poder no Ocidente nem querem que isso seja posto.

Um anticapitalismo do século XXI

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/551221-um-anticapitalismo-do-seculo-xxi>

Erik Olin Wright (foto) propõe uma “**utopia real**”: encontrar um caminho alternativo melhorando o sistema que temos atualmente. Não se trata de aperfeiçoar o **capitalismo**, mas, sim, de criar instituições que enfrentem sua lógica. Dentro do capitalismo arrasador, existem formas de atividades econômicas não capitalistas, como a economia social e o trabalho cooperativo. As empresas recuperadas são “uma forma de cooperar” – indica o pesquisador norte-americano – e identifica a Argentina como um dos lugares onde o desenvolvimento do trabalho cooperativo é muito ativo, através de suas mais de 300 empresas recuperadas. Em sua visita a Buenos Aires, onde recebeu o doutorado Honoris Causa da Universidade de Buenos Aires, o jornal Página/12 conversou com este teórico da Universidade de Wisconsin sobre as estratégias anticapitalistas no mundo contemporâneo.

A entrevista é de **Natalia Aruguete** e **Bárbara Schijman**, publicada por **Página/12**, 25-01-2016.

A tradução é do **Cepat**.

Eis a entrevista.

Seu último livro, ‘Construyendo utopías reales’, leva consigo uma contradição intrínseca. Poderia explicá-la?



Fonte: <http://goo.gl/fcx73l>

A palavra “utopia” usualmente se refere a uma espécie de fantasia do lugar perfeito. Portanto, se alguém quer criticar uma proposta, pode dizer: “isso é utópico”. É uma forma de desestimular uma ideia sem discuti-la, é como dizer: “isto é impossível”. “Real” significa que algo pode acontecer. O que faço é unir “real” e “utópico” como uma provocação. Supõe nos forçar a pensar simultaneamente a respeito de quais valores nos importam, quais são nossas aspirações para um mundo humanitário verdadeiramente justo e conservar esses valores sempre à frente de nosso trabalho analítico e teórico.

O dueto “real/utópico” implica em pensar a respeito do tipo de mundo que gostaríamos de ter, trabalhar para construir alternativas no mundo e nos mover nessa direção. Utopias, no sentido de pensar alternativas às instituições dominantes que encarnam nossas mais profundas aspirações por um mundo justo e humano. Real, no sentido de alternativas que podem ser construídas no

mundo assim como ele é, que também prefiguram o mundo como pode ser e ajudam a nos mover nessa direção. Na versão inglesa, a primeira palavra do título de meu livro não é “construir”, mas, sim, “visualizar” (conceber). Construir ou imaginar não é o mesmo que visualizar ou conceber. Visualizar compreende a ideia de imaginar o que realmente pode ocorrer.

Em que sentido seu propósito é provocar o leitor?

No sentido de que o título obriga a pensar o que significa esta ideia do utópico e o real. São termos que, assim apresentados, podem parecer contraditórios. Quero que as pessoas pensem acerca dessa tensão. Se você é um realista e se esquece da utopia, então fica envolvido somente nas políticas pragmáticas, que perdem qualquer outra visão. Se você é um utópico sem ser realista, então cria projetos de fantasia que nunca podem acontecer.

E neste mundo que você imagina, sim, é possível a utopia se concretizar?

Claro que pode. É uma combinação impossível, mas essa é a natureza do problema e queremos que as pessoas pensem constantemente sobre as implicações morais dos projetos políticos que perseguem e sobre a necessidade prática de fazer algo no mundo. Quando digo que se trata de uma provocação, simplesmente me refiro a forçar as pessoas a pensar sobre essas coisas.

Por que concebe que as utopias reais são, ao mesmo tempo, um objetivo e uma estratégia?

Mais recentemente, acrescentei que na realidade se trata de uma meta, um processo e uma estratégia. De maneira que há três tipos de “palavras” envolvidas. Uma meta alude àquilo que alguém procura conquistar, por exemplo, quais tipos de instituições novas você tenta construir. Uma estratégia se refere à forma como encarar o problema da mudança social. A velha forma da visão revolucionária tinha a ver com o viver um mundo de dominação, opressão e exploração; o que precisamos fazer é destruir essas instituições e construir novas. Refiro-me a esta ideia como a estratégia de destruir. É o velho ideal revolucionário: destruir o sistema e construir um alternativo. A ideia da real utopia como uma estratégia é nos propor construir uma alternativa agora, onde podemos, nos espaços e nichos da sociedade. Pensemos quais aspectos desse mundo alternativo realmente podemos construir agora, e então coloquemos essas peças juntas e as alarguemos de

maneira que nos movamos para nossos objetivos. Neste sentido, falo de estratégia; e me refiro a erodir o capitalismo a partir da construção de alternativas.

Poderia nos dar um exemplo desta estratégia?

Um exemplo disto é proporcionado pelas empresas recuperadas. Também quero pensar acerca das utopias reais como um processo, porque nesse processo de construção de alternativas as próprias pessoas que se envolvem estão experimentando uma forma de solidariedade, igualdade e democracia que deseja ver no mundo. A luta por um mundo alternativo, quando está sendo construído, é também um processo que se adverte em sua própria vida. De maneira tal, que qualquer um que tenha se envolvido em lutas pela justiça social sabe que quando se trabalha com outros ativistas, tem-se uma sensação de fazer parte de algo mais importante que tão só a si mesmo. Sente-se conectado – isso é a solidariedade -, em uma relação igualitária com outras pessoas e empoderado para construir uma democracia viva e não somente trabalhar pela democracia.

Acredita que o mundo está preparado para caminhar nesse sentido?

Não, o mundo não está preparado, nós devemos preparar o mundo. As alternativas são criadas por seres humanos que se reúnem e decidem... Nós últimos tempos, trabalhei em uma lista de utopias reais. As primeiras que localizei são as cooperativas de trabalho, que incluem as “empresas recuperadas” como uma forma de cooperar. É uma forma de converter uma empresa capitalista em uma cooperativa gerida por seus trabalhadores.

Há duas formas diferentes nas quais se formam as cooperativas. Uma forma é quando um grupo de pessoas se junta e decide começar um negócio com a lógica de cooperativa, mas a partir de bases capitalistas convencionais. Então, os próprios trabalhadores administram uma empresa democraticamente e tomam suas próprias decisões. Outro modo se dá quando os trabalhadores transformam uma empresa capitalista existente em uma cooperativa.

Acredita que é possível ampliar o trabalho cooperativo?

A **Argentina** é um dos lugares no qual o desenvolvimento do trabalho cooperativo é ativo através de suas empresas recuperadas. Atualmente, há 350 empresas recuperadas no país.

Cerca da metade destas empresas foram constituídas após a crise, foram inventadas, por assim dizer, na crise, mas continuaram. **Madygraf** era uma grande empresa de impressão pertencente a uma corporação multinacional; a corporação multinacional sofreu um processo de desinvestimento (esvaziamento) e se pensou em seu fechamento, no ano passado. Os trabalhadores a assumiram e a estão gerindo com êxito.

Não há nenhum país no qual o desenvolvimento das cooperativas de trabalho esteja no centro da economia, sempre está nas margens. Essa é a forma como as coisas acontecem: na margem. Porém, seu potencial é realmente considerável e – eu argumentaria e especularia um pouco – o potencial das cooperativas de trabalho aumentará e não diminuirá nas próximas décadas. Em parte, isso se deve ao fato de que a nova tecnologia do século XXI (computadores, internet e outros processos digitais) é mais barata que a velha tecnologia.

Que diferença isso produziu no passado?

O capital intensivo requerido para que uma empresa de impressão seja exitosa é mais barato agora que há trinta anos. O sistema econômico industrial que conhecemos tinha economias de grande escala: se você era um gigante, podia produzir muito mais economicamente que se fosse pequeno. Isso é cada vez menos certo. E na medida em que é menos verdadeiro, torna-se mais fácil – em princípio, ainda que não sempre na prática – para os próprios trabalhadores de uma empresa em particular dirigi-la, porque não tem 10.000 trabalhadores, mas, ao contrário, apenas algumas centenas. De tal modo que, atualmente, é possível ter algumas centenas de trabalhadores organizando a produção industrial. Esse é um tamanho prático para ter um autogerenciamento e estar organizados democraticamente.

Acredita que é possível que as utopias se tornem realidade, quando quem governa é um partido de direita?

Estou desenvolvendo uma perspectiva sobre o problema de como transformar as sociedades capitalistas. Acredito que o traço mais notável da situação política atual é que em todas as partes, na **Argentina**, nos **Estados Unidos**, na **Islândia**, está ocorrendo o que chamamos de “volatilidade política”.

Como define a volatilidade política?

Trata-se mais de movimentos rápidos, da esquerda para a direita ou da esquerda para o centro, do que a consolidação de uma coalizão política com uma base forte e segura que persiga, com o tempo,

uma agenda política particular. Por exemplo, na **Islândia**, um país pequeno que teve uma crise financeira catastrófica em 2008, uma coalizão de esquerda eleita após o colapso da economia fez um trabalho muito bom restaurando a estabilidade econômica.

Abandonaram a Europa e os bancos, recusaram-se a pagar os bancos, nacionalizaram todos os bancos, puseram os banqueiros na prisão, mas perderam a eleição seguinte. Ou seja, assim que as coisas melhoraram, um partido de centro-direita disse: “Agora que estamos fora da crise, podemos dirigir melhor a economia”. Uma volatilidade extrema.

Nesse caso, o que você acredita que ocorre entre a agenda política e as principais preocupações do público?

Tem a ver, acredito, com um aumento generalizado da desconfiança para com os políticos e a política. Um cinismo ampliado por parte dos eleitores, que não acreditam em ninguém; aceitam mentiras e enganos constantemente. Sendo assim, sua ação política é fundamentalmente negativa, é um voto contra o partido no poder.

Por que você considera que isso ocorre?

Não tenho uma resposta firme sobre a razão pela qual há tanto cinismo neste período, parece algo generalizado: ocorre nos **Estados Unidos**, na **Grécia**, na **França**, na **Islândia** e na **Argentina**. E dado que é um fenômeno geral, não é possível responder olhando os detalhes de alguns países em particular. Não são os detalhes da “corrupção do governo de **Lula**” o que explica o cinismo brasileiro, porque se encontra cinismo por todas as partes. Acredito que a sensação geral de risco e incerteza acerca do futuro, sem uma visão política muito credível sobre o que fazer a respeito, é parte do assunto.

Estamos atravessando um período de mudanças globais tremendas, além do mais. Quando se pensa nos últimos 25 anos: o fim da **União Soviética**, o aumento do terrorismo islâmico, uma crise global atrás de outra, a emergência da China como um ator dominante na economia mundial, o aquecimento global; todas estas questões estão criando um grande sentimento de instabilidade, incerteza e imprevisibilidade, sem nenhuma força política que faça uma descrição credível do que é possível fazer para empurrar as coisas ou que, de algum modo, melhore a vida das pessoas. Parte de tudo isto é ideológico. Parte de tudo isto é neoliberalismo.

Seguindo sua ideia da volatilidade, você acredita que os valores e as utopias mudam com o passar do tempo?

Acredito que é mais fácil dizer que sim, que é claro que as coisas mudam. Contudo, acredito que há certos valores que as pessoas guardam em seu coração, por assim dizer, que não mudam muito. As circunstâncias em que as sociedades vivem mudam e, por isso, podem ter mais ou menos esperança de que esses valores encontrem um lugar. Há muitos estudos sobre os “valores pós-materiais”, o pós-materialismo, uma ideia muito na moda nos últimos 25 anos. A ideia central é que na medida em que os países se tornaram mais ricos e prósperos, as pessoas passaram a estar menos preocupadas com questões vinculadas aos valores e mais preocupadas com temas como o estilo de vida, a identidade, a orientação sexual e todos esses tipos de visões. Porém, não estou convencido acerca disso, porque o sentimento de insegurança econômica tem caminhado de mãos dadas com uma maior prosperidade, sendo assim, as pessoas ainda estão preocupadas com os problemas econômicos diários.

Como quais?

A estabilidade de seus trabalhos, o futuro de seus filhos e todas essas questões. Por isso, não compro essa noção de que estamos na era do pós-materialismo, que é o que provavelmente se poderia se falar nos países ricos e que, muitas vezes, é vista como forma de entender a vida social das classes médias. No entanto, acredito que as pessoas de classe média estão muito preocupadas com as questões econômicas. As pessoas não votam de um modo sensato, podem ter ilusões, podem votar mais por razões materiais do que por razões de identidade.

Como analisa o comportamento da esquerda, neste cenário?

A esquerda tem uma longa tradição de divisões, muito mais que a direita. É mais fácil para a direita se reunir ao redor de uma única figura política ou de um único programa político, ao passo que a esquerda se rompe em todos os tipos de grupos. Em parte, isto é assim porque a tarefa da esquerda é mais complexa.

Em que sentido, mais complexa?

Se o propósito central de seu movimento político tem a ver com transformações para um mundo mais justo, igualitário e democrático, essa é uma agenda verdadeiramente árdua. Por conseguinte, a razão pela qual acredito que a esquerda tende a se fragmentar é simplesmente porque as tarefas de um movimento político como o seu são complicadas. Ao mesmo tempo, é certo também que a esquerda esteve atada a uma história embananada e

difícil. Também é certo que a esquerda, diante da ausência de um amplo movimento de base popular, não tem uma relação fácil com seu eleitorado natural.

A direita, por sua parte, sim, possui uma relação fácil com seu eleitorado, que são, em sua maioria, os segmentos ricos e poderosos da sociedade. Portanto, a questão financeira e organizacional na direita é um assunto simples: políticos extremamente abastados com redes de pessoas endinheiradas para financiar e apoiar um movimento de direita, enquanto que um movimento de esquerda precisa trabalhar através de movimentos sociais e operários para ter uma base popular.

Quais os tipos de estratégias você considera importante implementar contra o capitalismo?

Há muitas fontes de sofrimento no mundo, muitos problemas na vida das pessoas, observamos a pobreza e a insegurança em meio à abundância. A primeira pergunta é: como diagnosticar as causas destes problemas? Na minha perspectiva, a causa fundamental de muitas destas questões é a natureza capitalista da economia. Com isto, refiro-me ao domínio da vida econômica por parte das empresas capitalistas e o capital. Algumas pessoas identificam o capitalismo com os mercados, de fato, é muitas vezes uma espécie de companheiro de trabalho para o capitalismo.

Acredita que não são diretamente identificáveis?

Eu não me oponho aos mercados. Oponho-me aos mercados que se organizam em torno dos centros concentrados de poder, que é a forma como funcionam os mercados capitalistas. Sendo assim, sou anticapitalista no sentido de identificar instituições e estruturas particulares como os condutores mais fundamentais de toda uma série de problemas. É muito difícil se opor a um sistema, é mais fácil se opor a políticas concretas. Nestes dias, estou escrevendo: Como ser anticapitalista no século XXI?

E como acredita que pode se concretizar o ser anticapitalista?

O problema é: como ser um verdadeiro anticapitalista, dado a enormidade do sistema que se está tentando substituir? E é daí que provém essa lista das quatro estratégias históricas. Estas são as quatro estratégias que haviam sido adotadas por pessoas que compartilham este ponto de vista: os movimentos revolucionários, a democracia social progressiva, algum tipo de movimento de pequenos agricultores na fronteira dos Estados Unidos, no século

XIX, procurando escapar do capitalismo ao se converter em agricultores autossuficientes no Oeste, etc. E esta ideia de procurar construir alternativas dentro do próprio capitalismo, erodindo o capitalismo como forma de pensar estratégias, é um pouco o modo como o próprio capitalismo surgiu nas sociedades pré-capitalistas.

Como descreveria o surgimento do capitalismo?

Quando se pensa em quinhentos anos atrás, não aconteceu que um grupo de comerciantes, banqueiros e artesãos se sentaram ao redor da mesa e disseram: “odiamos o feudalismo, como podemos destruí-lo?”. Construíram alternativas ao feudalismo nas cidades, em pequenos espaços, onde puderam, e depois expandiram esses espaços e o fizeram em colaboração com segmentos da classe feudal, que considerou vantajoso permitir que o capitalismo surgisse e se desenvolvesse, apesar do fato de que durante o longo prazo de seu surgimento e desenvolvimento minaria as bases do feudalismo. Sendo assim, minha visão a favor de transformar o capitalismo tem esse caráter. A ideia de “utopias reais” combina esforços para resolver problemas dentro do capitalismo e neutralizar os danos com o esforço de erodir o capitalismo mediante a construção de alternativas.

A abdicação da esquerda. Artigo de Dani Rodrik

REVISTA IHU ON-LINE



A volta do fascismo e a intolerância como fundamento político

Edição: 490

[Leia mais](#)

Maria de Magdala. Apóstola dos Apóstolos

Por: **André** | 22 Julho 2016

“Como admite a contragosto um novo e emergente consenso no establishment, a globalização acentua a divisão de classes entre, de um lado, os que detêm o preparo e os recursos para tirar proveito dos mercados mundiais e, de outro, os demais. Clivagens de renda e de classe, em contraste com cisões fundadas em identidade – com base em raça, etnia ou religião –, tradicionalmente fortalecem a esquerda política”, analisa **Dani Rodrik**, em artigo publicado por **Outra Mirada**, 19-07-2016. A tradução é de **André Langer**.

E se pergunta: “Então, por que a esquerda foi incapaz de articular uma contestação política significativa à globalização?”

Dani Rodrik é professor de economia política internacional na Universidade de Harvard.

Eis o artigo.

Enquanto o mundo está atordoado com a comoção do Brexit, economistas e políticos começam a se dar conta de que subestimaram substancialmente a fragilidade política da atual forma de globalização. A revolta popular que parece estar em andamento está assumindo diversas e complicadas formas: reafirmação de identidades locais e nacionais, demanda por maior controle e responsabilização democráticas, rejeição a partidos políticos centristas e desconfiança em relação às elites e especialistas.

Essa reação era previsível. Alguns economistas (entre os quais me incluo) de fato advertimos sobre as consequências de levar a globalização econômica para além dos limites das instituições que regulamentam, estabilizam e legitimam os mercados. A hiperglobalização do comércio e das finanças, destinada a criar mercados mundiais perfeitamente integrados, desagregou as sociedades nacionais.

Mas o que mais surpreende é, inquestionavelmente, a guinada para a direita pela qual se expressou a reação no campo político. Na **Europa**, são predominantemente nacionalistas e populistas nativistas que ascenderam à proeminência, tendo a esquerda avançado somente em alguns países, como Grécia e **Espanha**. Nos **Estados Unidos**, Donald Trump, um demagogo de direita, conseguiu ocupar o espaço do establishment republicano, ao passo que o esquerdista Bernie Sanders foi incapaz de predominar sobre a centrista **Hillary Clinton**.

Como admite a contragosto um novo e emergente consenso no establishment, a globalização acentua a divisão de classes entre, de um lado, os que detêm o preparo e os recursos para tirar proveito dos mercados mundiais e, de outro, os demais. Clivagens de renda e de classe, em contraste com cisões fundadas em identidade – com base em raça, etnia ou religião –, tradicionalmente fortalecem a esquerda política. Então, por que a esquerda foi incapaz de articular uma contestação política significativa à globalização?

Uma resposta tem a ver com o fato de que a imigração ofuscou outros "choques" globalizantes. A percepção de ameaça da entrada de grandes contingentes de migrantes e refugiados de países pobres com diferentes tradições culturais agrava clivagens de identidade que os políticos de extrema-direita estão excepcionalmente bem

posicionados para explorar. Portanto, não é de surpreender que políticos de direita – de **Trump** a **Marine Le Pen** – envolvam suas mensagens de reafirmação nacional com elevada dose de simbolismo antimuçulmano.

As democracias latino-americanas constituem um contraste revelador. Esses países vivenciaram a globalização como um choque nos terrenos do comércio e do investimento estrangeiro, e não como um choque imigratório. A globalização tornou-se sinônimo das políticas do denominado **Consenso de Washington** e de abertura financeira. Assim, a reação populista na **América Latina** – no **Brasil**, **Bolívia**, **Equador** e, mais desastrosamente, na **Venezuela** – assumiu uma forma esquerdista.

A história é similar nas duas principais exceções ao ressurgimento da direita na **Europa**: **Grécia** e **Espanha**. Na **Grécia**, a cisão política foi a política de austeridade imposta pelas instituições europeias e pelo **Fundo Monetário Internacional**. Na **Espanha**, a maioria dos imigrantes até recentemente vinha de países latino-americanos culturalmente semelhantes. Nesses dois países, faltou à extrema-direita o terreno fértil de que dispunha em outros lugares.

Mas a experiência na **América Latina** e no **Sul da Europa** revela, talvez, a maior debilidade da esquerda: **a ausência de um programa claro para remodelar o capitalismo e a globalização focando o século XXI**. Do **Syriza** na **Grécia** ao **Partido dos Trabalhadores** no **Brasil**, a esquerda não conseguiu criar ideias economicamente viáveis e politicamente populares, além das políticas mitigadoras, como as de transferências de renda.

Grande parte da culpa é dos economistas e tecnocratas de esquerda. Em vez de contribuir para esse tipo de programa, eles cederam muito facilmente ao fundamentalismo de mercado e incorporaram seus princípios centrais. Pior ainda: lideraram o movimento de hiperglobalização.

A entronização da livre mobilidade de capitais (especialmente do tipo de curto prazo) como norma de política governamental pela **União Europeia**, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OCDE**) e pelo **FMI** foi, sem dúvida, a decisão mais crucial para a economia mundial nas últimas décadas. Como mostrou **Rawi Abdelal**, professor na **Harvard Business School**, esse esforço foi liderado, no fim dos anos 1980 e início da década de 1990, não pelos ideólogos do livre mercado, mas por tecnocratas franceses como **Jacques Delors** (da Comissão Europeia) e **Henri Chavranski** (na OCDE), intimamente associados ao **Partido Socialista** na **França**. Da mesma forma, nos **Estados Unidos**, foram tecnocratas associados ao **Partido Democrata**, mais keynesiano,

como **Lawrence Summers**, que lideraram a iniciativa por desregulamentação financeira.

Tecnocratas socialistas franceses parecem ter concluído, a partir da fracassada experiência de **Mitterrand** com o [keynesianismo](#) no início de 1980, que a gestão econômica nacional já não era mais possível, e que não havia nenhuma alternativa real à globalização financeira. O melhor que poderia ser feito era estabelecer normas em âmbito europeu e mundial, em vez de permitir que os países poderosos como a **Alemanha** ou os **Estados Unidos** impusessem suas próprias regras.

A boa notícia é que o vácuo intelectual da esquerda está sendo preenchido, e não há mais nenhuma razão para acreditar na tirania da falta de alternativas. Os políticos de esquerda têm cada vez menos razões para não recorrer a um "respeitável" poder de fogo acadêmico em economia.

Considere apenas alguns exemplos: **Anat Admati** e [Simon Johnson](#) têm defendido reformas bancárias radicais; [Thomas Piketty](#) e **Tony Atkinson** propuseram um amplo cardápio de políticas para lidar com a desigualdade em nível nacional; **Mariana Mazzucato** e [Ha-Joon Chang](#) escreveram criativamente sobre como mobilizar o setor público para promover inovação inclusiva; [Joseph Stiglitz](#) e **José Antonio Ocampo** propuseram reformas mundiais; **Brad DeLong**, [Jeffrey Sachs](#) e **Lawrence Summers** (o próprio!) têm argumentado em favor de investimento público de longo prazo em infraestrutura e na economia verde. Existem elementos suficientes aqui para construir uma resposta econômica programática da esquerda.

A diferença crucial entre a direita e a esquerda é que a direita prospera ao aprofundar divisões na sociedade ("nós" contra "eles") enquanto a esquerda, quando bem sucedida, supera estas clivagens mediante reformas que representam pontes. Daí o paradoxo de que as ondas anteriores de reformas de esquerda (o keynesianismo, social-democracia, estado de bem-estar) salvaram o capitalismo de si mesmo e, na prática, tornaram a si mesmas supérfluas. Na ausência de renovada resposta, o campo ficará aberto para populistas e grupos de extrema-direita, que levarão o mundo – como sempre – a divisões mais profundas e conflitos mais frequentes.

Manifesto DIEM 25

<https://diem25.org/manifesto-versao-longa/>

Apesar de todas as suas preocupações com a competitividade global, os fluxos migratórios e o terrorismo, só uma perspectiva apavora verdadeiramente os Poderes da Europa: a Democracia!

UM MANIFESTO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EUROPA

Apesar de todas as suas preocupações com a competitividade global, os fluxos migratórios e o terrorismo, só uma perspectiva apavora os Poderes da Europa: a Democracia! Eles falam em nome da democracia mas só para a recusar, exorcizar e suprimir na prática. Eles procuram cooptar, evitar, corromper, mistificar e manipular a democracia, para quebrar o seu ânimo e paralisar as suas possibilidades.

Porque o poder do povo, o governo do demos é o pesadelo compartilhado:

- *pela burocracia de Bruxelas (com os seus mais de 10.000 lobistas)*
- *pelas brigadas dos seus serviços de inspecção e da Troika que formaram conjuntamente com tecnocratas não eleitos de instituições europeias e internacionais*
- *pelo poderoso Eurogrupo que não tem existência em qualquer lei ou tratado*
 - *pelos banqueiros dos bancos salvos da falência com o dinheiro dos contribuintes, os gestores de fundos e as oligarquias ressurgentes perpetuamente desdenhosas da arraia-miúda*
 - *pelos partidos políticos que fazem apelo ao liberalismo, à democracia, à liberdade e à solidariedade para traírem os seus princípios mais básicos quando chegam ao governo*

- *pelos governos que alimentam uma desigualdade cruel ao desenvolverem uma austeridade autodestrutiva*
- *pelos magnatas da comunicação social que transformaram a sua propaganda do medo numa forma de arte e numa magnífica fonte de poder e lucro*
- *pelas empresas em conluio com agências públicas sigilosas que investem no mesmo medo para promover o secretismo e uma cultura de intimidação que verguem a opinião pública às suas imposições.*

A União Europeia foi uma realização excepcional, que juntou pacificamente povos europeus que falam línguas diferentes e estão imersos em culturas diferentes, provando que era possível criar um quadro comum em todo um continente que ainda não há muito tempo era um albergue do chauvinismo mortífero, do racismo e da barbárie. A União Europeia poderia ter sido o conhecido « farol na escarpa » que mostrasse ao mundo como é que a paz e a solidariedade podem ser salvas das goelas de séculos de conflito e fanatismo.

Lamentavelmente, hoje, uma burocracia comum e uma moeda comum dividem os povos europeus que tinham começado a unir-se, apesar das suas línguas e culturas diferentes. Uma confederação de políticos míopes, de funcionários eivados de uma concepção simplória da economia e de peritos financeiros incompetentes submetem-se servilmente aos decretos dos conglomerados industriais e financeiros, alienando os Europeus e acirrando uma perigosa reacção antieuropeia. Povos orgulhosos estão a ser virados uns contra os outros. **O nacionalismo, o extremismo e o racismo estão de novo a ser despertados.**

No cerne da nossa União Europeia em desintegração reside um embuste e é ele o culpado: um processo decisório opaco, altamente político e que procede de cima para baixo é-nos apresentado como sendo “apolítico”, “técnico”, “processual” e “neutro”. O seu propósito é impedir que os Europeus exerçam o seu controlo democrático sobre o seu dinheiro, as suas finanças, as suas condições de trabalho, o seu meio ambiente.

O preço a pagar por este embuste não é apenas o fim da democracia, são também políticas económicas medíocres.

- *As economias da Eurozona têm vindo a abeirar-se a passo de marcha do abismo da austeridade competitiva cujo resultado é*

uma recessão permanente nos países mais fracos e um investimento diminuto nos países nucleares

- *Os Estados membros da UE que estão fora da Eurozona estão desorientados, procurando inspiração e parceiros em lugares suspeitos, onde são por via de regra acolhidos jubilosamente com tratados opacos e coercivos de comércio livre que minam a sua soberania*
- *Uma desigualdade sem precedentes, uma esperança em declínio e a misantropia florescem por toda a Europa.*

Duas medonhas opções dominam tudo:

- *o recuo para o casulo protector dos nossos Estados-nações*
- *ou a rendição à zona imune à democracia de Bruxelas*

Tem de haver outro caminho. E há!

É o caminho ao qual a Europa oficial resiste com todas as fibras da sua mentalidade autoritária.

Um surto de democracia!

*O nosso movimento, **DiEM25**, procura suscitar esse surto.*

*A força motivadora do **DiEM25** é uma ideia simples e radical :*

Democratizar a Europa! Porque, de duas uma: ou a UE será democratizada, ou desintegrar-se-á!

O nosso objectivo de democratizar a Europa é realista. Não é mais utópico do que foi a construção inicial da União Europeia. Na verdade, é menos utópico do que a tentativa de manter viva a actual União Europeia antidemocrática e em fragmentação.

*O nosso objectivo de democratizar a Europa é extremamente urgente, porque, sem um começo rápido, pode ser impossível neutralizar em tempo útil a resistência institucionalizada a este propósito, antes de a Europa chegar ao ponto de não retorno. **Damos-lhe uma década, até 2025.***

Se não formos capazes de democratizar a Europa no prazo máximo de uma década, se os poderes autocráticos da Europa conseguirem paralisar a sua democratização, então a Europa desmonorar-se-á sob o peso da sua [arrogância que leva aos excessos fatais], estilhaçar-se-á e a sua queda causará inenarráveis provações em toda a Europa – e não apenas na Europa.

**POR QUE É QUE A EUROPA ESTÁ A PERDER A SUA
INTEGRIDADE E A SUA ALMA?
O QUE É QUE TEM DE SER FEITO? O NOSSO HORIZONTE
QUEM TRARÁ A MUDANÇA?
O NOSSO COMPROMISSO**

1.) **NT:** *as iniciais EFP (european foreign policy) constituem em inglês um acrónimo com um significado de cariz sexual.*

Como o Partido Syriza é o mais significativo deste grupo, é interessante ler este depoimento que demonstra suas origens, composição e práxis, similar à da Fraternidade Muçulmana, que opera nos países árabes, e muito diferente daquela ideia de dique corporativo, muito ao gosto da velha esquerda comunista tradicional:

O **Syriza** não é uma coisa única: há no seu interior, trotskistas e lutadores de correntes comunistas diversas, por exemplo. Ouvi e li um médico grego, um trotskista de uns 58, 60 anos, que contou como a organização dele que compõe o Syriza recuperou o trabalho de base na Grécia. Eu fico comovida com isso, porque o que eles fizeram foi o básico e pelo básico reconquistaram as pessoas para acreditarem que há um projeto possível de transformação da sociedade. O trabalho de base era o seguinte: eles formavam brigadas, iam para as feiras livres com carrinho e conversavam com os produtores médios que estavam nas feiras, explicando que havia naquele lugar não sei quantas pessoas passando fome.

Organizavam-se por regiões, começaram a visitar as pessoas que estavam no mais brutal sofrimento — com toda essa propaganda ideológica, a pessoa vai deprimindo, achando que ela é o problema: como o professor **José Paulo Netto** escreveu lindamente, é preciso culpabilizar as pessoas, para quebrar a estima de alguém para a luta, você tem que dizer que ela é uma nulidade, responsabilizá-la por sua triste situação de vida. Aquelas equipes, grupos, começaram a redistribuir cestas de alimentação que recolhiam nas feiras e levavam à casa das pessoas. Não tinha Estado, a família já não podia socorrer, não havia para onde correr. Mas quando uma pessoa passa a comer porque pessoas solidárias de uma organização levavam comida, isso não tem volta. Eles não estavam ali para pedir o voto, estavam organizando a base para ela lutar. Eles atuavam na alimentação, na saúde geral e na saúde mental. Porque o nível de depressão e suicídio era grande: em três anos, foram 6 mil suicídios. Pessoas que perderam o emprego, não tinham o que comer, não tinham mais energia em casa. Seis mil suicídios foram declarados como consequência da miséria e da desesperança na Grécia. Eles começaram a recrutar psicólogos militantes com empregos também ruins que começaram a ajudar na abordagem que eles iam fazer às pessoas.

Como era organizado por bairro, por rua, eu conheço quais são as pessoas que estão deprimidas, sofrendo, no meu prédio. Então, eu indico que ali tem gente e aí vêm as brigadas, os grupos organizados. Ele dizia assim: “tirar a pessoa do fundo escuro da sua própria alma, porque ela foi quebrada por

*uma **crise econômica**, é ganhar uma fidelidade que ninguém consegue destruir”. Esse médico disse que trabalhava no seu emprego estatal, onde teve salário reduzido, e entrou nisso — na verdade, ele liderou uma dessas linhas. Iam para os lugares e começavam a atender as pessoas, como se fosse um médico de família, só que não era do Estado porque o Estado se reduziu tanto que não conseguia mais atender. Então, os médicos trabalhavam e continuavam a trabalhar depois do horário para atender essas pessoas que estavam doentes. Além do mais, é um país frio, que tem um inverno de cinco meses. Já pensou tomar banho, cozinhar, se não tem água? Não tem gás, não tem energia, não tem a dignidade de um banho. A primeira medida do Syriza depois de eleito foi religar a **energia elétrica gratuita** em 400 mil casas, perdoadada a dívida. As pessoas vão ter acesso à energia sem pagar, porque não têm como pagar.*

Sara Granemann in Entrevista UNISINOS - 28 de maio de 2015

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543038-europa-se-latinoamericaniza-e-troca-estado-de-bem-estar-por-politica-social-a-brasileira-diz-professora>

A Esquerda europeia

<http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/mario-soares/interior/a-esquerda-europeia-2489340.html>

Mario Soares – 08 maio , 2012

1. Não sou profeta. Mas espero que a Esquerda europeia saiba aproveitar a oportunidade que a crise global, paradoxalmente, lhe

oferece, para se refundar (socialistas, sociais-democratas, trabalhistas, verdes) e, em diálogo estreito com o movimento sindical, readquirir o lugar que teve, no passado, nos Governos europeus e que, infelizmente, para o futuro europeu, tem vindo a perder.

Também espero, embora com menor convicção, confesso, que a Democracia Cristã, a outra família política que, com o socialismo democrático, ajudou a construir e a desenvolver o projeto europeu, possa reaparecer, com força, para o progresso da Europa. Porquê menos convicção? Porque a Igreja de Bento XVI não é a mesma de Leão XIII, de João XXIII ou de Paulo VI do Concílio Vaticano II. Apesar de manter, como não podia deixar de ser, a doutrina social da Igreja - e combater a democracia liberal, em favor da democracia social - evita, creio, que se crie, como no passado, um relacionamento partidário estreito que lhe pode retirar a simpatia dos outros movimentos políticos...

De qualquer modo, tanto a social-democracia como a democracia cristã perderam importância política na Europa, nos últimos anos, em favor do populismo ultra-conservador e da ideologia neoliberal. Alguns autores falam de nacionalismo egoísta extremo e do possível regresso a uma forma de fascismo, embora de cunho diferente do passado, como no caso de Mussolini ou de Hitler...

Foi no que deu, depois do colapso do universo comunista, de se afirmar a globalização desregulada e do reaparecimento em força da ideologia neoliberal: criou-se um capitalismo sem valores éticos, dito de casino, e uma economia virtual - e não real - expressa nos paraísos fiscais, nos mercados usurários e nas empresas de 'rating', que dominam os Estados, afirmando como único valor, o dinheiro.

Foi esse economicismo que desencadeou a crise global, a qual começando nos Estados Unidos, nos anos finais de Bush, Filho, contagiou depois a União Europeia. Os partidos europeus ultraconservadores dominantes adoptaram a mesma ideologia que provocou a crise, para agora a quererem dominar, através da austeridade, obedecendo aos mercados e, para tanto, destruindo o Estado Social e continuando a favorecer os grandes interesses egoístas de sempre...

Tarefa que está a revelar-se impossível, uma vez que a crise se prolonga e agrava, todos os dias, demonstrando à evidência o erro colossal que os dirigentes europeus, por incapacidade ou medo, estão irresponsavelmente a cometer ou a deixar cometer. Assim, se

a União, perdido o sentido da solidariedade inter-Estados europeus, não mudar de paradigma e de comportamento, cairá inevitavelmente no abismo, como já advertiram grandes europeístas como: Helmut Schmidt, Helmut Kohl, Jacques Delors, Romano Prodi, Felipe Gonzalez e muitos outros.

Nos últimos tempos, a União Europeia perdeu o Estado de bem-estar, tornou as pessoas mais desiguais, abandonou o valor da coesão social, fez reformas - ou, melhor dito, contra-reformas - que afetam gravemente idosos e doentes, cortou dinheiro ao ensino para todos e às universidades, pôs em causa o valor da dignidade no trabalho, do Serviço Nacional de Saúde, do Estado de direito e, fundamentalmente, a própria paz. Deixaram-se cair os valores éticos e permitiu-se a concentração do dinheiro - como querem os neoliberais - cada vez mais, nas mãos dos privilegiados. Assistimos, assim, não só a um recuo civilizacional imenso, como ao aumento do desespero, provocado pelo desemprego e pelo empobrecimento da classe trabalhadora e da própria classe média. O que pode gerar muita agitação violenta, o aumento dos suicídios (como tem vindo a acontecer) e cada vez mais criminalidade organizada.

Refundar a Esquerda

2. É neste ponto que entra a necessidade da refundação da Esquerda Socialista. Não só para procurar manter o Estado Social e a sociedade de bem-estar, que nos trouxe a paz e o bom entendimento, nos últimos trinta anos, antes da crise, como terá que reduzir a austeridade, ao estritamente necessário, e diminuir drasticamente a recessão e o desemprego. Dois flagelos que temos perante nós, europeus. Na verdade, só com um novo modelo de desenvolvimento - que ponha as pessoas em primeiro lugar e não o dinheiro - poderemos esperar melhores dias e sair da crise, que tanto nos afeta. Hoje, já não se trata só de países como a Grécia, a Irlanda ou Portugal serem as vítimas da crise. É toda a União Europeia que está à beira do caos, a começar pela Itália, a Espanha, a França, o Reino Unido e a própria Alemanha, que estão a perceber - e de que maneira! - onde o neoliberalismo nos meteu...

Claro que a Esquerda é hoje diferente do passado. Precisamos de voltar aos nossos valores, sem perder de vista as novas carências sociais e políticas de uma sociedade em rapidíssima mudança.

Estamos num momento em que a União Europeia, numa crise profunda e a querer sair dela, é ainda governada por aqueles que a

provocaram. É indispensável e inevitável mudar. Porque se assim não for, assistiremos à desagregação e ao caos. Ao contrário do que se passava há um ano, o "Povo europeu" tem hoje uma percepção clara do beco sem saída em que o meteram. E quer a mudança. Mas qual? E em que sentido? Tem ainda desconfianças e dúvidas. Por isso não tem estado ainda mobilizado, a não ser para o protesto.

É, por isso, que a família socialista - se quiser subsistir ela própria - tem de aproveitar a Oposição em que se encontra, para definir, com clareza, a alternativa que se impõe à austeridade que nos livrará da crise e que pode renovar a sociedade de bem-estar. Não há dinheiro? Há sempre, desde que haja vontade política para o arranjar. Mantendo uma alternativa europeia concertada e não só nacional. Com uma democracia europeia que, de momento, está a ser, propositadamente, debilitada. Mas também aprofundar a Democracia, obrigatória em todos os Estados nacionais.

Contudo, o Socialismo Democrático, devemos reconhecê-lo, nos anos sombrios de Bush, embarcou no economicismo da "terceira via" defendido por Tony Blair.

Em Portugal, por exemplo, sempre tivemos, além do socialismo democrático, partidos da Esquerda radical, comunista, mais fechada hoje do que nos tempos de Cunhal (que tinha uma grande flexibilidade tática) e a Esquerda bloquista que ficou, eleitoralmente, entalada ente os partidos comunista e socialista. Mas afirmou-se ainda a Esquerda não partidária, cidadã e a Esquerda dos "indignados", com laivos anarco-populistas.

A refundação socialista deve afirmar-se de novo atrativa, voltando aos seus valores de sempre mas sendo capaz de dialogar em permanência com o movimento sindical, no seu conjunto, com os verdes, tão dispersos e estranhos aos partidos, e adaptar-se às novas realidades do mundo de hoje, para poder sair da crise institucional, social, económica e política, carente de valores e de dirigentes capazes. Foi assim que os próprios militantes nacionais algumas vezes se enganaram de partido, faltando-lhes a sensibilidade social e a vontade política para diminuir as desigualdades, entre as pessoas e os Estados e, acima de tudo, conservando sociedades de bem-estar.

A Esquerda, em tempo de eleições

3. Até há poucos meses a Esquerda europeia estava bloqueada e hesitante. Nos últimos meses, por exemplo, na Península Ibérica os dois Estados peninsulares - Espanha e Portugal -, governados por partidos socialistas, perderam as eleições legislativas, em favor de partidos e coligações de Direita. Passaram alguns meses. Mas a austeridade que ambos os Governos preconizam tem vindo a provocar um profundo descontentamento nas populações, dado terem percebido que os cortes obrigados pela troika, em Portugal, ou pela ideologia neoliberal do Governo espanhol, não só não resolvem os problemas gravíssimos com que se confrontam, como os agravam, cada dia.

Algumas oposições socialistas europeias entenderam-se, pela primeira vez, em Roma, onde um Presidente notabilíssimo, Giorgio Napolitano, conseguiu a proeza de substituir sem dificuldade Silvio Berlusconi, por um tecnocrata conhecedor dos problemas políticos, Mário Monti. Foi então, em Roma, que se reuniram alguns dirigentes socialistas e sociais-democratas, representando os partidos: alemão, francês, austríaco, belga, português, grego e salvo erro, espanhol, para debater as novas responsabilidades da família socialista europeia.

François Hollande, que ganhou as eleições presidenciais, por uma boa maioria, no domingo passado, esteve presente na reunião de Roma e afirmou, como se sabe, uma doutrina de mudança alternativa para a União Europeia.

Houve também, mais ou menos ao mesmo tempo, eleições na Grécia, na Sérvia, no Reino Unido e na Alemanha. As eleições deram resultados diferenciados, mas todos significativos. Na Alemanha, em Schleswig-Holstein, a chanceler Merkel e a CDU, apesar de terem ganho, tiveram o resultado pior, desde 1950. O que pode abrir portas a uma coligação à esquerda. Foi um resultado importante para a Esquerda.

Na Grécia ganhou, como se esperava, a Direita e também a Esquerda radical. O PASOK - que tanto lutou, com George Papandreou, para evitar o colapso anunciado - situou-se como o terceiro partido, atrás da extrema Esquerda e da Direita, principal responsável da crise, a seguir, obviamente, à chanceler Merkel...

Na Sérvia não tive modo de conhecer o resultado. Foi, salvo erro, um empate entre Esquerda e Direita. Mas na França, como escrevi acima, deu-se a vitória esperada do PSF, a caminho de se refundar.

Foi um sinal que deve ser respeitado de que a União Europeia está a mudar, irreversivelmente. Tenhamos, pois, confiança, e mobilizemo-nos para os combates (pacíficos, creio) que aí vêm.

O discurso da vitória

4. Foi notabilíssimo o discurso de vitória do vencedor François Hollande, líder do Partido Socialista francês, humanista, socialista e republicano dos sete costados, amigo próximo de François Mitterrand. Disse, no fundo, como "homem normal", que se intitula, o que o Povo de Esquerda queria ouvir: a defesa do Estado Social, a luta contra as desigualdades e o desemprego, o aprofundamento da democracia e do Estado de Direito, a defesa do ambiente, a luta contra o negociismo e os mercados usurários, a dignidade do trabalho e a defesa de uma Europa Política, Solidária e capaz de defender o euro, para nos fazer sair da crise global.

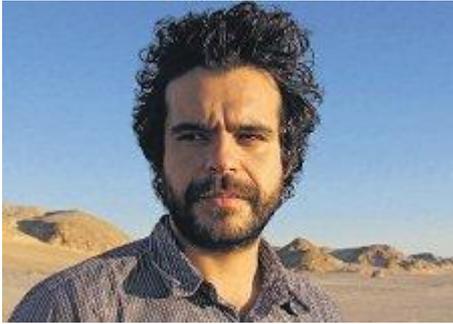
Eis a mudança esperada, que vai transformar a União Europeia e tornar um pouco melhor o mundo.

O que significa ser de esquerda hoje na Europa? – Entrevista com Paolo Gerbaudo

08/11/2013 – Copyleft - <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-significa-ser-de-esquerda-hoje-na-Europa-/4/29486>

A Carta Maior conversou sobre esse tema com Paolo Gerbaudo, pesquisador do Kings College, especialista nos novos movimentos sociais.

Marcelo Justo



Londres - Um dos resultados mais surpreendentes do estouro financeiro de 2008 e da crise econômica global que se seguiu a ele é que, na Europa, a esquerda não conseguiu capitalizar a imensa fratura social que se produziu. Apesar da aparição de movimentos como os Indignados na Espanha ou o Cinco Estrelas na Itália, e com a exceção do Syriza na Grécia, não ocorreu na Europa um avanço concreto da esquerda como alternativa de governo. Nas urnas predominou o voto castigo para quem estava no poder: mais da metade dos governos da União Europeia (UE) mudaram de sinal político. Além do desgaste do exercício do poder, esta resposta do eleitorado tem a ver com o fato de que a diferença entre direita e esquerda se reduziu, em muitos casos, a um neoliberalismo puro ou a um neoliberalismo com “face humana”.

A Carta Maior conversou sobre esse tema com Paolo Gerbaudo, pesquisador do Kings College, especialista nos novos movimentos sociais de autor de “Twits and the street”, para analisar o que significa hoje ser de esquerda na Europa.

CM: A esquerda não soube ou não pode aproveitar a atual crise para mudar a narrativa hegemônica neoliberal dominante desde a queda do Muro de Berlim. Há um problema de definição ideológica? O que significa, afinal, ser de esquerda hoje na

Europa?

PG: Temos dois tipos de esquerda que não guardam nenhuma relação entre si. Por um lado a esquerda movimentista com alguns partidos muito pequenos como o Refundazione na Itália e Die Linke na Alemanha. Por outro lado, há uma esquerda socialdemocrata convertida ao evangelho neoliberal que tem um discurso a favor das privatizações e do abandono da regulação da economia. Entre essa realpolitik socialdemocrata e uma esquerda radical de caráter doutrinário, não há nada.

CM: Mas antes da queda do muro também havia uma divisão entre duas esquerdas, os socialdemocratas e os comunistas. A diferença é que, naquele momento, estas divisões tinham uma forte definição programática e ideológica. Com a queda do muro, parece que essas definições desapareceram.

PG: Há uma confusão ideológica muito forte. Depois da crise de 2007-2008, se esperava um novo espaço para a esquerda para responder ao neoliberalismo, mas isso nunca se concretizou em um programa. Houve reações, a mais notável delas com o Syriza na Grécia, que conseguiu construir uma resposta radical capaz de legitimar-se em nível popular com uma política não só de questionamento da economia e das multinacionais, mas também do Estado e da estrutura política predominantes no atual marco neoliberal. Mas em geral houve uma incapacidade da esquerda de responder à nova estrutura de classes das sociedades pós-industriais europeias. Na Europa, cerca de 80% dos trabalhos estão no setor de serviços, muitos dos quais são de classe média. Pode-se dizer que a classe operária é hoje de aproximadamente 15%, mas as formas de organização da

esquerda ainda refletem o sistema produtivo industrial.

CM: Isso é do lado da própria esquerda. Mas em nível de sociedade parece haver uma mudança de época. Nos anos 60, 70 e mesmo nos 80 se discutia em termos ideológicos. Com a crise dos grandes relatos, este eixo perdeu muito peso. A sociedade mesma já não parece ter interesse nessas buscas programáticas alternativas.

PG: Claramente há uma crise do espaço público e da definição do que é político. O mito sobre a política que as gerações dos 60 e 70 tinham perdeu muita força. Agora o político está muitas vezes na conexão com a experiência pessoal, com a identidade social construída antes da política. Por exemplo, a maneira que o sistema afeta a vida dos trabalhadores precarizados, a insegurança ou a preocupação frente a um Estado que controla a vida das pessoas como estamos vendo agora no caso Snowden, algo que expõe também a crise de legitimidade do Estado. Estamos em um momento de transição entre o que havia antes da crise e o posterior.

CM: Do ponto de vista ideológico, a queda dos grandes relatos deixou todo o cenário a um relato, o neoliberal. O estouro da bolha de 2008 foi um ponto da crise desse relato, mas na falta de alternativas ele segue funcionando por inércia ou default.

PG: Vemos isso muito na Europa. Aqui na Inglaterra se impulsionam medidas como a privatização dos Correios rechaçada pela população, mas que é levada adiante porque tem uma aparência de racionalidade. E é certo que há certa inércia em como se segue levando adiante mais do mesmo. Mas é interessante que mesmo em um país tão à direita como o Reino Unido, vemos o regresso de um discurso socialista ao espaço público e à política eleitoral. O líder do

trabalhismo, Ed Miliband, propôs um congelamento das tarifas das empresas energéticas. É uma proposta populista que não muda as regras do jogo, mas é sintoma da mudança de debate público. De fato, as pesquisas dizem que a maioria dos ingleses está a favor da nacionalização dos serviços.

CM: O caso Miliband parece sintomático. Ele precisa mudar primeiro o eixo do debate público. E está conseguindo. Agora se fala da “crise do nível de vida” e não da racionalidade de uma medida. Isso parece preceder a apresentação de alternativas programáticas.

PG: Ainda que se permaneça no marco neoliberal, ou seja, que as empresas sigam em mãos privadas, essa mudança tem sua validade. Mas a lógica é similar aquela adotada por Obama na área da saúde. A lei da saúde nos Estados Unidos é um monstro que torna obrigatória a inscrição no sistema privado ao invés de fazer uma saúde pública. Ou seja, fica na metade do caminho. O desafio é ir mais além e propor estruturas econômicas e direitos fundamentais para controlar a atividade social. **Syriza, na Grécia, é o único partido que está avançando neste caminho entre o idealismo e o pragmatismo. Além disso, não se vê nada.**

A Itália é um desastre. O Partido Democrático, que é uma convergência entre os ex-comunistas e a esquerda católica, tem um discurso anticorrupção, antielitista, mas basicamente mantém um critério neoliberal promovendo uma eficiência maior do Estado e mais transparência. Na França, Hollande foi muito demagógico porque, além do imposto para os ricos, não propôs nenhuma mudança, não há um programa socialista. É como dizer que, com um pouco de redistribuição de renda, solucionamos todos os problemas. E não é assim, Sem política econômica e industrial, sem criar postos de

trabalho, não se pode avançar.

CM: Como se pode fazer isso na Europa? Porque falamos de países que podem pensar que não estão tão mal assim uma vez que estão entre os ricos do mundo.

PG: Essa mudança precisa acontecer simultaneamente em nível nacional e europeu. Com Hollande e a alta de impostos para os ricos, ocorreu que os ricos foram para outro país, de modo que sim uma coordenação política com outros países é muito difícil. Há coisas que estão ocorrendo neste nível de coordenação como a **Taxa Tobin para as transações financeiras**. Há muito mais o que fazer também na luta contra os paraísos fiscais ou em termos do imposto corporativo. Neste sentido, os movimentos sociais têm feito muito para mudar o debate público. No Reino Unido, Tax Uncut, que luta contra a evasão fiscal das corporações, foi uma maneira de estabelecer regras básicas da vida pública. Os indignados e outros movimentos têm feito o mesmo. **A questão é como passar do diagnóstico para a ação.** Precisamos de uma política socialista das redes em uma sociedade europeia pós-industrial.

CM: Tudo isso está gerando uma nova maneira de definir programaticamente a esquerda?

PG: Trata-se de propor uma defesa dos bens comuns como os serviços públicos, o transporte, o direito à cidade e à moradia. Precisamos de um socialismo que possa responder a uma necessidade de segurança em uma sociedade insegura, garantindo uma renda básica universal. Mas como dizia o historiador Eric Hobsbawm, estamos falando de uma economia mista. Não queremos retornar a um estado todo poderoso, clientelista, corrupto, ineficiente. **O setor público tem que estar**

controlado pela participação cidadã para que seja transparente. Isso é algo que começa a ser proposta em distintos lugares, seja em nível acadêmico ou em movimentos, como pelo 5 Estrelas da Itália com sua reivindicação da renda mínima, ou Partido X da Espanha que defende a participação pública como forma de controle.

CM: Há algum sinal de que a sociedade europeia esteja acompanhando estas ideias? Em muitos casos ela parece ter se movido mais para a direita, culpando os imigrantes, por exemplo.

PG: Há um risco muito claro para a democracia. Basta ver o que ocorre na Grécia com o movimento fascista Aurora Dourada. O problema é que não tem havido um consenso programático na esquerda que não construiu pontes com os movimentos sociais. Isso é o que precisa ser feito.

Tradução: Marco Aurélio Weissheimer

26/01/2017 17:13 - Copyleft

Nossa democracia está falida, rebaixada e desacreditada - mas há sempre maneiras de consertá-la

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Nossa-democracia-esta-falida-rebaixada-e-desacreditada-mas-ha-sempre-maneiras-de-conserta-la/7/37624>

Trump e Brexit são respostas a um sistema político que está implodindo. Mas poderia um redesenho radical arrancá-la dos mentirosos?

George Monbiot

George Monbiot é um jornalista, escritor, acadêmico e ambientalista do Reino Unido. Escreve uma coluna semanal no jornal The Guardian. Biografia: *Captive State: The Corporate Takeover of Britain* [Wikipédia](#)



Rebaixada e sem bases: essa é a condição do nosso sistema político. Corrupto, ele não mais preenche seu potencial democrático. Também perdeu sua base: a população engajada politicamente a partir da qual a democracia supostamente deveria crescer. O sentido de apropriação foi erodido a tal ponto que, para milhões de norte-americanos, Donald Trump aparece como o melhor que o sistema pode oferecer.

Eu não culpo as pessoas por terem votado nele, ou no Brexit: são respostas a um sistema desacreditado e deturpado. Eleições capturadas pelo dinheiro, pelos lobistas e pela mídia; convergência de políticas entre os principais partidos, esmagando escolhas efetivas; esvaziamento dos parlamentos e outras instituições políticas e a transferência de seus poderes para corpos incontáveis; estas são a fórmula perfeita para o alheamento e a desilusão. O aumento global de demagogos e claros mentirosos sugere que o

sistema construído nominalmente no consenso e na participação está implodindo.

Então como podemos fazer melhor? Poderia um sistema mais direto ser desenhado da madeira estragada da humanidade? Este é o segundo de minha série ocasional sobre possíveis soluções para as crises múltiplas que nos confrontam. Ele explora alguns dos meios pelo qual a democracia pode ser melhorada. Ao longo dos últimos meses, eu li dezenas de propostas, algumas transparentemente horríveis, outras bem boas. O resultado geral até aqui é este: não há fórmula mágica, nem plano único que poderia resolver nossos problemas democráticos sem criar piores ainda. Mas há muitas ideias, algumas delas que vale a pena mencionar e que poderiam melhorar nossa política.

A primeira mudança necessária é uma reforma radical no financiamento das campanhas (fundo político). O poder do dinheiro na política envenena tudo – até literalmente em alguns casos. Na minha coluna da semana passada, eu mencionei o paradoxo da poluição: as empresas mais sujas precisam gastar muito na política se não querem ser excluídas pela regulação, assim a política acaba sendo dominada pelas empresas mais sujas. E isso se aplica também fora do país. Os bancos desenham instrumentos financeiros duvidosos; indústrias farmacêuticas vendem drogas ultrapassadas; companhias de jogos buscam sufocar os controles; empresas alimentícias vendem porcarias “obesogênicas”; companhias de varejo exploram seus empregados; todas têm um incentivo extra para comprar espaço político que, num sistema justo, como todos, se

encontrariam sob pressão. O sistema cede para acomodar suas demandas.

Minha proposta para rever as finanças de campanha é brutalmente simples. Cada partido teria direito a cobrar a mesma pequena taxa por membro (talvez 50 libras ou dólares), que receberia então o mesmo montante do Estado, com um múltiplo fixo. Qualquer outro recurso financeiro político, direto ou indireto, seria ilegal. Isto forçaria os partidos a se reengajar com os eleitores. Muito caro? Nem um pouco. A corrupção de nossa política pelo dinheiro privado nos custa centenas mais que um sistema de financiamento em que pagássemos diretamente. Aquela corrupção que levou a crises financeiras causadas pelo fracasso dos políticos em regular os bancos, as crises no meio ambiente causados pelo poder político das empresas mais sujas, e os contratos lucrativos dos financiadores privados; e ainda sobrecarregados pelas indústrias farmacêuticas bem relacionadas.

A próxima reforma crucial é ajudar os eleitores a fazer escolhas informados. A Alemanha oferece um ótimo exemplo de como isso pode ser feito: sua agência federal para a educação cívica publica oferece guias para os assuntos políticos chaves, confiáveis mas acessíveis, organiza festivais de cinema, e teatro, organiza viagens e competições, e busca engajar grupos que dão as costas para a política democrática. Milhões confiam e a consultam.

A Suíça oferece o melhor exemplo do próximo passo: seu sistema de voto inteligente apresenta uma lista de escolhas políticas, então com os quais você concorda ou discorda, então compara suas respostas com as políticas dos partidos e dos candidatos que disputam as eleições. Então, produz um gráfico mostrando qual posição corresponde mais a seu interesse. Há excelente tecnologia cívica

produzida por grupos voluntários (como O Clube Democrático, “Crowdpac”, e o “ no Reino Unido). Mas sem o financiamento e a capacidade do Estado, ele teria dificuldades para atingir as pessoas que não são já bem informadas.

Uma vez que estas reformas sejam feitas, o próximo passo é mudar a arquitetura. Como ambas eleições, a presidencial norte-americana (distorcida pelo sistema de Colégio Eleitoral) e a geral inglesa (que permite que uma minoria do eleitorado possa ditar as regras para uma maioria), sugerem, esta deveria começar por uma mudança na representação proporcional. Idealmente, nas eleições parlamentares isto iria misturar o nacional com o local retendo ligações do distrito eleitoral, como o “voto único transferível” e o “sistema de membro adicional”.

Há muitas propostas para substituir a democracia representativa com seja sorteio (delegados escolhidos aleatoriamente) ou democracia direta (referendos e iniciativas de cidadãos). Tais sistemas poderiam ter funcionado bem em pequenas cidades-estado com um limitado direito de voto (sorteio era usado na velha Atenas e na Veneza medieval e Florença). Mas com populações amplas e complexas com as nossas, essas propostas são a fórmula para o desastre. É difícil ver como podemos escapar da necessidade de políticos profissionais e dedicados em tempo integral. (Talvez, em um sistema justo e responsável, possamos aprender a amá-los)

Mas eu acredito que ambos enfoques podem ser usados para equilibrar a democracia representativa. Sorteio pode ser visto como um serviço político como um júri, no qual os cidadãos escolhidos ao acaso são apresentados a testemunhos de especialistas e então solicitados a tomar decisões. Como uma ferramenta de consulta, poderia manter a política representativa colada ao mundo real. Ele

poderia ser usado para criar “convenções constitucionais”, nas quais propostas para melhorar o sistema político são exaustivamente discutidos. Pode, inclusive, haver alguma virtude na ideia de uma segunda instância parlamentar (como a Câmara dos Lordes ou o Senado norte-americano) escolhida por segmento.

Mas precisamos estar atentos aos perigos. O primeiro experimento do governo de Westminster com jurados cidadãos (a tentativa de Gordon Brown de determinar se médicos cirurgiões poderiam ser substituídos por clínicas gigantes) foi corrompido de saída. Os jurados eram escolhidos a dedo e apresentados com evidências de partidarização, e, portanto, os resultados foram enterrados quando eles deram “errado”. Nenhum sistema é imune à fraude.

Uma vez que o financiamento político foi reformado, iniciativas eleitorais do tipo utilizados nos Estados Unidos – se você angariar assinaturas suficientes, pode demandar uma eleição – tornam-se poderosos instrumentos políticos, permitindo que as pessoas proponham legislação sem esperar por seus representantes (sem as reformas seriam outro meio com que bilionários manipulam o sistema). Referendos em questões significativas, como nossa participação na União Europeia, sofrem com o desequilíbrio entre a complexidade do assunto e a simplicidade do instrumento: eles demandam níveis impossíveis de conhecimento político. Mas, para certas questões simples, em especial, questões locais – deveria uma nova estrada ser construída? Deve um certo conjunto de apartamentos ser demolido? – eles podem, se desenhados cuidadosamente, ampliar a transparência política.

Também, ao nível local, o método chamado de “sociocracia” pode melhorar a democracia. Este é um sistema desenhado para produzir decisões inclusivas mas unânimes, ao encorajar membros de um

grupo para manter objetando a uma proposta até que, entre eles, produzam uma resposta todos possam conviver com ela. Uma versão desenhada pela firma Endergurg Electronics na Holanda foi amplamente utilizada por empresas e cooperativas. Não é difícil ver que produz melhores decisões que o usual encontro com autoridades locais. Mas é difícil imaginar como pode ser ampliado sem perda de inteligibilidade

Fazer qualquer um desses mecanismos acontecer...bem, isso é o desafio. Eu voltarei a isso nas próximas colunas. Mas mudança ocorre quando se decide o que se quer, antes que o que pensamos poder conseguir. Uma democracia que funcione é uma demanda ultrajante?

LÍDERES DE ESQUERDA LANÇAM MOVIMENTO PARA 'REFUNDAR' UNIÃO EUROPEIA

<http://www.brasil247.com/pt/247/mundo/216423/L%C3%ADderes-de-esquerda-lan%C3%A7am-movimento-para-'refundar'-Uni%C3%A3o-Europeia.htm>



Ex-ministro de Finanças da Grécia Yanis Varoufakis apresentou nesta terça-feira, 9, em Berlim, o Movimento Democracia na Europa

2025 (DiEM25), que pretende ser uma plataforma de coesão dos partidos de esquerdas do continente; DiEM25 busca atuar contra o endividamento público, o sistema bancário, o investimento insuficiente, a política migratória da UE e o aumento da pobreza; assinaram o manifesto políticos, intelectuais como o pensador americano Noam Chomsky, o político de esquerda alemão Oskar Lafontaine e a prefeita de Barcelona, Ada Colau, do partido espanhol Podemos

9 DE FEVEREIRO DE 2016 ÀS 21:35 // [RECEBA O 247 NO TELEGRAM](#) 

Do [Opera Mundi](#) - O ex-ministro de Finanças da Grécia Yanis Varoufakis apresentou nesta terça-feira (09/02), em Berlim, o DiEM25 (Movimento Democracia na Europa 2025), que pretende ser uma plataforma de coesão dos partidos de esquerdas do continente e lutar contra "uma ditadura de tecnocratas e mais de 10 mil lobistas". Entre os políticos e intelectuais que assinam o manifesto de formação do DiEM25 estão Oskar Lafontaine (político alemão de esquerda), Jean-Luc Mélenchon (líder da Frente de Esquerda da França), Zoe Konstantopoulou (ex-presidente do Parlamento grego), Stefano Fassina (deputado da esquerda italiana), Noam Chomsky (intelectual norte-americano), Ken Loach (cineasta britânico), Gerardo Pisarello (escritor argentino e advogado), Ada Colau (prefeita de Barcelona e membro do partido-movimento espanhol Podemos) e Nacho Álvarez (da Executiva do Podemos).

Em entrevista coletiva, Varoufakis afirmou que "o caminho de criar partidos políticos dentro de um determinado país é o caminho errado". "Se nossa análise estiver correta, então o que necessitamos é um movimento que vá além das fronteiras", acrescentou o político grego.

De acordo com Varoufakis, é preciso criar uma "mesa metafórica" onde os europeus discutam os problemas atuais e lutem contra a renacionalização da política e o que ele vê como um processo desintegrador: "a UE está se desintegrando e está fazendo isso muito rapidamente", advertiu.

"Não temos controle democrático sobre nosso dinheiro, sobre as finanças, as condições de trabalho e o meio ambiente". O DiEM25 busca atuar contra o endividamento público, o sistema bancário, o investimento insuficiente, a política migratória da UE e o aumento da pobreza que, de acordo com Varoufakis, são as cinco crises que afetam a Europa.

A origem do problema, observa Varoufakis, está em uma despolitização das decisões europeias que são deixadas nas mãos de burocratas e que são tomadas à margem dos processos democráticos.

Constituição

Assim, para o político grego, a solução passa por uma democratização da Europa, objetivo principal do manifesto apresentado nos dias anteriores, no qual se desenha um processo ao término do qual deveria estar a criação de uma Constituição europeia.

"Se queremos uma unidade política, se queremos traspasar soberania a um estado federal europeu, esse estado precisa de uma Constituição", disse.

Para a formulação de uma Carta Magna europeia, a proposta do DiEM25 é realizar um referendo continental em 2025 que substituiria os atuais tratados vigentes no continente.

Para isso, em sua opinião, se requer uma coalizão à qual convidou a participar "gente de esquerda, liberais, verdes e radicais" centrada na convicção de que a democracia tem que estar no centro dos processos europeus.

A apresentação oficial estará precedida de três debates a portas fechadas com representantes de movimentos de esquerda de diversos países europeus.

[by Taboola](#) [Sponsored Links](#)

A Esquerda do futuro: uma sociologia das emergências

<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FA-Esquerda-do-futuro-uma-sociologia-das-emergencias-%2F4%2F35257>

A máquina fatal do neoliberalismo continua a produzir medo em larga escala. As esquerdas são a areia que pode emperrar essa engrenagem.

Boaventura de Sousa Santos



O futuro da esquerda não é mais difícil de prever que qualquer outro fato social. A melhor maneira de o abordar é fazer o que designo por sociologia das emergências. Consiste esta em dar atenção especial a alguns sinais do presente por ver neles tendências ou embriões do que pode vir a ser decisivo no futuro. Neste texto, dou especial atenção a um facto que, por ser incomum, pode sinalizar algo de novo e importante. Refiro-me aos pactos entre diferentes partidos de esquerda.

Os Pactos

A família das esquerdas não tem uma forte tradição de pactos. Alguns ramos desta família têm mais tradição de pactos com a direita do que com outros ramos da família. **Dir-se-ia que as divergências internas na família das esquerdas são parte do seu código genético**, tão constantes têm sido ao longo dos últimos duzentos anos. Por razões óbvias, as divergências têm sido mais

extensas ou mais notórias em democracia. **A polarização vai por vezes ao ponto de um ramo da família não reconhecer sequer que o outro ramo pertence** à mesma família. Pelo contrário, em períodos de ditadura têm sido frequentes os entendimentos, ainda que terminem mal termina o período ditatorial. À luz desta história, merece uma reflexão o facto de em tempos recentes termos vindo assistir a um movimento pactista entre diferentes ramos das esquerdas em países democráticos. A Europa do Sul é um bom exemplo: a unidade em volta do Syriza na Grécia, apesar de todas as vicissitudes e dificuldades; o governo liderado pelo Partido Socialista em Portugal com o apoio do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda no rescaldo das eleições de 4 de Outubro de 2015; alguns governos autonómicos em Espanha, saídos das eleições de 2015 e, no momento em que escrevo, a discussão sobre a possibilidade de um pacto a nível nacional entre o Partido Socialista, o Podemos e outros partidos de esquerda em resultado das eleições legislativas de 6 de dezembro de 2015. Há sinais de que noutros espaços da Europa e na América Latina possam vir a surgir num futuro próximo pactos semelhantes.

Duas questões se impõem.

Porquê este impulso pactista em democracia?

Qual a sua sustentabilidade?

A primeira pergunta tem uma resposta plausível. No caso da Europa do Sul, a agressividade da direita no poder nos últimos cinco anos (tanto a nacional, como a que veste a pele das "instituições europeias") foi tão devastadora para os direitos de cidadania e para a credibilidade do regime democrático que as forças de esquerda começam a ficar convencidas de que as novas ditaduras do século XXI vão surgir sob a forma de democracias de baixíssima intensidade. Serão ditaduras que se apresentam como ditamoles ou democraduras: a governabilidade possível ante a iminência do suposto caos nos tempos difíceis

que vivemos, o resultado técnico dos imperativos do mercado e da crise que explica tudo sem precisar de ser, ela própria, explicada. O pacto resulta de uma leitura política de que o que está em causa é a sobrevivência de uma democracia digna do nome e de que as divergências sobre o que tal significa têm agora menos importância do que salvar o que a direita ainda não conseguiu destruir.

A segunda pergunta é mais difícil de responder. **Como dizia Espinosa, as pessoas (e eu diria, também as sociedades) regem-se por duas emoções fundamentais: o medo e a esperança.** O equilíbrio entre elas é complexo mas precisamos das duas para sobreviver. **O medo domina quando as expectativas de futuro são negativas** ("isto está mau mas o futuro pode ser pior"); por sua vez, **a esperança domina quando as expectativas de futuro são positivas** ou quando, pelo menos, o inconformismo com a suposta fatalidade das expectativas negativas é amplamente partilhado. Trinta anos depois do assalto global aos direitos dos trabalhadores; da promoção da desigualdade social e do egoísmo como máximas virtudes sociais; do saque sem precedentes dos recursos naturais e da expulsão de populações inteiras dos seus territórios e da destruição ambiental que isso significa; do fomentar da guerra e do terrorismo para criar Estados falhados e tornar as sociedades indefesas perante a espoliação; da imposição mais ou menos negociada de tratados de livre comércio totalmente controlados pelos interesses das empresas multinacionais; da supremacia total do capital financeiro sobre o capital produtivo e sobre a vida das pessoas e das comunidades – depois de tudo isto, combinado com a defesa hipócrita da democracia liberal, é plausível concluir que o neoliberalismo é uma máquina imensa de produção de expectativas negativas para que as classes populares não saibam as verdadeiras razões do seu sofrimento, se conformem com o pouco que ainda têm e sejam paralisadas pelo pavor de o perder.

O movimento pactista no interior das esquerdas é o produto de um tempo, o nosso, de domínio absoluto do medo sobre a esperança. Significará

isto que os governos saídos dos pactos serão vítimas do seu êxito? **O êxito dos governos pactados à esquerda irá traduzir-se na atenuação do medo e no devolver de alguma esperança às classes populares, ao mostrar, por via de uma governação pragmática e inteligente, que o direito a ter direitos é uma conquista civilizacional irreversível.** Será que, no momento em que voltar a luzir a esperança, as divergências voltarão à superfície e os pactos serão deitados para o lixo? Se tal acontecer, isso será fatal para as classes populares, que rapidamente voltarão ao silenciado desalento perante um fatalismo cruel, tão violento para as grandes maiorias quanto benévolo para as pequeníssimas minorias. Mas será também fatal para as esquerdas no seu conjunto, porque ficará demonstrado durante algumas décadas que as **esquerdas são boas para remendar o passado mas não para construir o futuro.** Para que tal não aconteça, dois tipos de medidas têm de ser levadas a cabo durante a vigência dos pactos. Duas medidas que não se impõem pela urgência da governação corrente e que, por isso, têm de resultar de vontade política bem determinada. Chamo às duas medidas: Constituição e hegemonia.

Constituição e Hegemonia

A Constituição é o conjunto de reformas constitucionais ou infraconstitucionais que reestruturam o sistema político e as instituições de maneira a prepará-los para possíveis embates com a ditadura e o projecto de democracia de baixíssima intensidade que ela traz consigo. Consoante os países, as reformas serão diferentes, como serão diferentes os mecanismos utilizados. Se nalguns casos é possível reformar a Constituição com base nos parlamentos, noutros será necessário convocar **Assembleias Constituintes originárias**, dado que os parlamentos seriam o obstáculo maior a qualquer reforma constitucional. **Pode também acontecer que, num certo contexto, a "reforma" mais importante seja a defesa activa da Constituição existente mediante uma renovada pedagogia constitucional em todas as áreas de governação.** Mas haverá

algo comum a todas as reformas: tornar o sistema eleitoral mais representativo e mais transparente; reforçar a democracia representativa com a democracia participativa. **Os mais influentes teóricos liberais da democracia representativa reconheceram (e recomendaram) a coexistência ambígua entre duas ideias (contraditórias) que garantem a estabilidade democrática: por um lado, a crença dos cidadãos na sua capacidade e competência para intervir e participar activamente na política; por outro,** um exercício passivo dessa competência e dessa capacidade mediante a confiança nas elites governantes. Em tempos recentes, e como mostram os protestos que abalaram muitos países a partir de 2011, a confiança nas elites tem vindo a deteriorar-se sem que, no entanto, o sistema político (pelo seu desenho ou pela sua prática) permita aos cidadãos recuperar a sua capacidade e competência para intervir activamente na vida política. Sistemas eleitorais enviesados, partidocracia, corrupção, crises financeiras manipuladas – eis algumas das razões para a dupla crise de representação ("não nos representam") e de participação ("não merece a pena votar, são todos iguais e nenhum cumpre o que promete"). As reformas constitucionais visarão um duplo objectivo: tornar a democracia representativa mais representativa; complementar a democracia representativa com a democracia participativa. **De tais reformas resultará que a formação da agenda política e o controlo do desempenho das políticas públicas deixam de ser um monopólio dos partidos e passam a ser partilhados pelos partidos e por cidadãos independentes organizados democraticamente para o efeito.**

O segundo conjunto de reformas é o que designo **por hegemonia**. Hegemonia é o conjunto de ideias sobre a sociedade e interpretações do mundo e da vida que, por serem altamente partilhadas, inclusivamente pelos grupos sociais que são prejudicados por elas, permitem que as elites políticas, ao apelarem para tais ideias e interpretações, **governem mais por consenso do que por coerção**, mesmo quando governam contra os interesses objetivos de grupos sociais maioritários. A ideia de que os pobres são pobres por culpa própria é hegemónica quando é defendida, não apenas pelos ricos, mas também pelos

pobres e pelas classes populares em geral. Nesse caso são, por exemplo, menores os custos políticos das medidas que visam eliminar ou restringir drasticamente o rendimento social de inserção. **A luta pela hegemonia das ideias de sociedade que sustentam o pacto entre as esquerdas é fundamental para a sobrevivência e consistência desse pacto.** Essa luta trava-se na educação formal e na promoção da educação popular, nos média, no apoio aos média alternativos, na investigação científica, na transformação curricular das universidades, nas redes sociais, na actividade cultural, nas organizações e movimentos sociais, na opinião pública e na opinião publicada. **Através dela, constroem-se novos sentidos e critérios de avaliação da vida social e da ação política (a imoralidade do privilégio, da concentração da riqueza e da discriminação racial e sexual; a promoção da solidariedade, dos bens comuns e da diversidade cultural social e económica; a defesa da soberania e da coerência das alianças políticas; a proteção da natureza)** que tornam mais difícil a contra-reforma dos ramos reacionários da direita, os primeiros a irromper num momento de fragilidade do pacto. Para que esta luta tenha êxito é preciso impulsionar políticas que, a olho nu, são menos urgentes e menos compensadoras. Se tal não ocorrer, a esperança não sobreviverá ao medo.

As aprendizagens globais

Se algo se pode afirmar com alguma certeza sobre as dificuldades por que estão a passar as forças progressistas na América Latina é que elas assentam no facto de os seus governos não terem enfrentado nem a questão da Constituição nem a questão da hegemonia. No caso do Brasil, este facto é particularmente dramático. Ele explica em parte que os enormes avanços sociais dos governos da era Lula sejam agora tão facilmente reduzidos a meros expedientes populistas e oportunistas, inclusivamente por parte daqueles que deles beneficiaram. Explica também que os muitos erros que

cometeram (foram muitos, a começar pela desistência da reforma política e da regulação dos mídia, e alguns erros deixam feridas abertas em grupos sociais importantes, tão diversos quanto os camponeses sem terra nem reforma agrária, os jovens negros vítimas do racismo, os povos indígenas ilegalmente expulsos dos seus territórios ancestrais, povos indígenas e quilombolas com reservas homologadas mas engavetadas, militarização das periferias das grandes cidades, populações rurais envenenadas por agrotóxicos, etc) não sejam considerados erros, passem em claro e até sejam convertidos em virtudes políticas ou, pelo menos, sejam aceites como consequências inevitáveis de uma governação realista e desenvolvimentista. **As tarefas incumpridas da Constituição e da hegemonia explicam ainda que a condenação da tentação capitalista por parte dos governos de esquerda se centre na corrupção e, portanto, na imoralidade e na ilegalidade do capitalismo e não na injustiça sistemática de um sistema de dominação que se pode realizar em perfeito cumprimento da legalidade e da moralidade capitalistas.**

A análise das consequências da não resolução das questões da Constituição e da hegemonia é relevante para prever e prevenir o que se pode passar nas próximas décadas, não só na América Latina, como também na Europa e noutras regiões do mundo. Entre as esquerdas latino-americanas e da Europa do Sul tem havido nos últimos vinte anos canais de comunicação importantes que estão ainda por analisar em todas as suas dimensões. **Desde o início do orçamento participativo em Porto Alegre (1989), várias organizações de esquerda na Europa, Canadá e Índia (são estas as de que tenho conhecimento) começaram a dar muita atenção às inovações políticas que emergiam no campo das esquerdas em vários países da América Latina.** A partir do final da década de 1990, com a intensificação das lutas sociais, a subida ao poder de governos progressistas e as lutas por Assembleias Constituintes, sobretudo no Equador e na Bolívia, tornou-se claro que uma profunda renovação da esquerda estava em curso e da qual havia muito que aprender. **Os traços principais dessa renovação eram os seguintes: a democracia participativa articulada com a democracia representativa, uma articulação de que ambas saiam**

fortalecidas; o intenso protagonismo de movimentos sociais de que o Forum Social Mundial de 2001 foi uma mostra eloquente; uma nova relação entre partidos e movimentos sociais; a entrada saliente na vida política de grupos sociais até então considerados residuais, nomeadamente camponeses sem terra, povos indígenas e povos afro-descendentes; a celebração da diversidade cultural, o reconhecimento do carácter plurinacional dos países e o propósito de enfrentar as insidiosas heranças coloniais sempre presentes. Este elenco é suficiente para evidenciar o quanto as duas lutas a que me tenho estado a referir (a Constituição e a hegemonia) estavam presentes neste vasto movimento que parecia refundar para sempre o pensamento e a prática de esquerda, não só na América Latina, como em todo o mundo.

A crise financeira e política, sobretudo a partir de 2011, e o movimento dos indignados foram os detonadores de novas emergências políticas de esquerda na Europa do Sul em que as lições da América Latina estavam bem presentes, sobretudo a nova relação partido-movimento, a nova articulação entre democracia representativa e democracia participativa, a reforma constitucional e, no caso da Espanha, a questão da plurinacionalidade. O partido espanhol Podemos representa melhor do que qualquer outro esta aprendizagem, ainda que os seus dirigentes tenham estado desde a primeira hora bem conscientes das diferenças substanciais entre o contexto político e geopolítico europeu e o latino-americano.

O modo como essas aprendizagens se vão plasmar no novo ciclo político que está a emergir na Europa do Sul é, por agora, uma incógnita. mas desde já é possível especular o seguinte. Se é verdade que as esquerdas europeias aprenderam com as muitas inovações das esquerdas latino-americanas, não é menos verdade (e trágico) que estas se "esqueceram" das suas próprias inovações e que, de uma ou de outra forma, caíram nas armadilhas da velha política onde as forças de direita facilmente mostram a sua superioridade dada a longa experiência histórica acumulada.

Se as linhas de comunicação se mantêm nos dias de hoje, e sempre salvaguardando a diferenças dos contextos, talvez seja tempo de as esquerdas latino-americanas aprenderem com as inovações que estão a emergir entre as esquerdas da Europa do Sul. Entre elas saliento as seguintes: **manter viva a democracia participativa dentro dos próprios partidos de esquerda como condição prévia à sua adoção no sistema político nacional em articulação com a democracia representativa; pactos entre forças de esquerda (não necessariamente apenas partidos) e nunca com forças de direita; pactos pragmáticos não clientelistas (não se discutem pessoas ou postos de governo mas políticas e medidas de governação), nem de rendição (articulando linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas com a noção de prioridades, ou, como se dizia dantes, distinguindo as lutas primárias das secundárias); insistência na reforma constitucional para blindar os direitos sociais e tornar o sistema político mais transparente, mais próximo e mais dependente de decisões cidadãs sem ter de esperar por eleições de quatro em quatro anos (reforço do referendium); e, no caso espanhol, tratar democraticamente a questão da plurinacionalidade.**

A máquina fatal do neoliberalismo continua a produzir medo em larga escala e, sempre que falta matéria prima, ceifa a esperança que pode encontrar nos recessos mais recônditos da vida política, social das classes populares, tritura-a, processa-a e transforma-a em medo do medo. As esquerdas são a areia que pode emperrar essa engrenagem majestática de modo a abrir as brechas por onde a sociologia das emergências fará o seu trabalho de formular e amplificar as tendências, os "ainda não", que apontam para um futuro digno para as grandes maiorias. Para isso, é preciso que as esquerdas saibam ter medo sem ter medo do medo. Saibam furtar rebentos de esperança à trituração neoliberal e plantá-los em terrenos férteis onde cada vez mais cidadãos sintam que podem viver bem, protegidos, tanto do inferno do caos iminente, como do paraíso das sirenes do consumo obsessivo. Para que isto aconteça, **a condição**

mínima é que as esquerdas permaneçam firmes nas duas lutas fundamentais, a Constituição e a hegemonia.

Europa dos banqueiros. Artigo de Jürgen Habermas



“São os cidadãos, não os banqueiros, que têm de dizer a última palavra sobre as questões que afetam o destino europeu”.

<https://radicaldemocracia.wordpress.com/2015/06/29/o-governo-dos-banqueiros-artigo-de-jurgen-habermas/>

O comentário é de Jürgen Habermas, filósofo e escritor alemão em artigo publicado no jornal no El País, 28-06-2015. Habermas lembra que “a Alemanha deve o impulso inicial para sua decolagem econômica, do qual ainda se alimenta hoje, à generosidade dos países credores que no Tratado de Londres, de 1954, perdoaram mais ou menos a metade de suas dívidas”.

Segundo ele, “o acordo não está fracassando por causa de alguns bilhões a mais ou a menos, nem por causa de um ou outro imposto, mas unicamente porque os gregos exigem que a economia e a população explorada pelas elites corruptas tenham a possibilidade de voltar a funcionar através da quitação da dívida ou uma medida

equivalente, como, por exemplo, uma moratória dos pagamentos vinculada ao crescimento”.

Eis o artigo.

A última sentença do **Tribunal de Justiça Europeu** [que permite ao **Banco Central Europeu (BCE)** comprar dívida soberana para combater a crise do euro] lança uma luz prejudicial sobre a falida construção de uma união monetária sem união política. No verão de 2012, todos os cidadãos tiveram que agradecer a **Mario Draghi**, presidente do **BCE**, que com uma só frase [“farei o necessário para sustentar o euro”] salvou a moeda das desastrosas consequências de um colapso que parecia iminente. Ele tirou do sufoco o **Eurogrupo** ao anunciar que, caso fosse preciso, compraria dívida pública em quantidade ilimitada. **Draghi** teve que dar um passo à frente porque os chefes de Governo eram incapazes de agir pelo interesse comum da Europa; todos estavam hipnotizados, prisioneiros de seus respectivos interesses nacionais.

Naquele momento, os mercados financeiros reagiram – diminuindo a tensão – diante de uma única frase, a frase com a qual o presidente do **BCE** simulou uma soberania fiscal que absolutamente não possuía. Porque agora, assim como antes, são os bancos centrais dos países-membros os que aprovam os créditos, em última instância. O Tribunal Europeu não pode referendar essa competição contrária ao texto literal dos tratados europeus; mas as consequências de sua sentença deixam implícito que o **BCE**, com escassas limitações, pode cumprir o papel de credor de última instância.

O tribunal abençoou um ato salvador que não obedece em nada à Constituição, e o Tribunal Constitucional alemão apoiará essa sentença acrescentando as sutilezas às quais estamos acostumados. Alguém poderia estar tentado a afirmar que os guardiões do direito dos tratados europeus se veem obrigados a aplicá-lo, ainda que indiretamente, para mitigar, caso a caso, as consequências indesejadas das falhas de construção da união monetária. Defeitos que só podem ser corrigidos mediante uma reforma das instituições, conforme juristas, cientistas políticos e economistas vêm demonstrando há anos. A união monetária continuará sendo instável enquanto não for complementada pela união bancária, fiscal e econômica. Mas isso significa – se não quisermos declarar abertamente que a democracia é um mero objeto decorativo – que a união monetária deve se desenvolver para se transformar em uma união política. Aqueles acontecimentos

dramáticos de 2012 explicam por que Draghi nada contra a corrente de uma política míope – até mesmo insensata, eu diria.

Estamos outra vez em crise com **Atenas** porque, já em maio de 2010, a chanceler alemã se importava mais com os interesses dos investidores do que com quitar a dívida para sanar a economia grega. Neste momento, evidencia-se outro déficit institucional. O resultado das eleições gregas representa o voto de uma nação que se defende com uma maioria clara contra a tão humilhante e deprimente miséria social da política de austeridade imposta ao país. O próprio sentido do voto não se presta a especulações: a população rejeita a continuação de uma política cujo fracasso as pessoas já sentiram de forma drástica em suas próprias peles. De posse dessa legitimação democrática, o Governo grego tentou induzir uma mudança de políticas na zona do euro. E tropeçou em **Bruxelas** com os representantes de outros 18 Governos, que justificam sua recusa remetendo friamente a seu próprio mandato democrático.

Recordemos os primeiros encontros, quando os novatos – que se apresentavam de maneira prepotente motivados por sua vitória arrebatadora – ofereciam um grotesco espetáculo de troca de golpes com os residentes, que reagem em parte de forma paternalista, em parte de forma desdenhosa e rotineira. Ambas as partes insistiam como papagaios que tinham sido autorizadas cada uma por seu respectivo “povo”. A comicidade involuntária desse estreito pensamento nacional-estatal expôs com grande eloquência, diante da opinião pública europeia, aquilo que realmente é necessário: formar uma vontade política comum entre os cidadãos em relação com as transcendentais fraquezas políticas no núcleo europeu.

As negociações para se chegar a um acordo em **Bruxelas** travam porque ambas as partes culpam a esterilidade de suas conversas não às falhas de construção de procedimentos e instituições, mas sim à má conduta de seus membros. O acordo não está fracassando por causa de alguns bilhões a mais ou a menos, nem por causa de um ou outro imposto, mas unicamente porque os gregos exigem que a economia e a população explorada pelas elites corruptas tenham a possibilidade de voltar a funcionar através da quitação da dívida ou uma medida equivalente, como, por exemplo, uma moratória dos pagamentos vinculada ao crescimento.

Os credores, por outro lado, não cedem no empenho para que se reconheça uma montanha de dívidas que a economia grega jamais poderá saldar. É indiscutível que a quitação da dívida será

irremediável, a curto ou a longo prazo. No entanto, os credores insistem no reconhecimento formal de uma carga que, de fato, é impossível de ser paga. Até pouco tempo atrás, eles mantinham inclusive a exigência, literalmente fantástica, de um superávit primário superior a 4%. É verdade que essa demanda foi baixada para 1%, que tampouco é realista. Mas, até o momento, a tentativa de se chegar a um acordo, do qual depende o destino da **União Europeia**, fracassou por causa da exigência dos credores de sustentar uma ficção.

Naturalmente, os *países doadores* têm razões políticas para sustentá-la, já que no curto prazo isso permite adiar uma decisão desagradável. Temem, por exemplo, um efeito dominó em outros países devedores. E **Angela Merkel** também não está segura de sua própria maioria no Bundestag. Mas não há nenhuma dúvida quanto à necessidade de rever uma política equivocada à luz de suas consequências contraproducentes. Por outro lado, também não se pode culpar apenas uma das partes pelo desastre. Não posso julgar se há uma estratégia meditada por trás das manobras táticas do Governo grego, nem o que deve ser atribuído a imposições políticas, à inexperiência ou à incompetência dos negociadores. Essas circunstâncias difíceis não permitem explicar por que o Governo grego faz com que seja difícil até mesmo para seus simpatizantes discernir um rumo em seu comportamento errático.

Não se vê nenhuma tentativa razoável de construir coalizões; não se sabe se os nacionalistas de esquerda têm uma ideia um tanto etnocêntrica da solidariedade e impulsionam a permanência na zona do euro apenas por razões de astúcia, ou se sua perspectiva vai além do Estado-nação. A exigência de quitação da dívida não basta para despertar na parte contrária a confiança de que o novo Governo vá ser diferente, de que atuará com mais energia e responsabilidade do que os Executivos clientelistas aos quais substituiu. **Tsipras** e o **Syriza** poderiam ter desenvolvido o programa reformista de um Governo de esquerda e *apresentá-lo* a seus parceiros de negociação em Bruxelas e Berlim.

A discutível atuação do Governo grego não ameniza nem um pouco o escândalo de que os políticos de **Bruxelas** e **Berlim** se negam a tratar seus colegas de **Atenas** como políticos. Embora tenham a aparência de políticos, eles só falam em sua condição econômica de credores. Essa transformação em zumbis visa a apresentar a prolongada situação de insolvência de um Estado como um caso apolítico próprio do direito civil, algo que poderia levar à

apresentação de ações ante um tribunal. Dessa forma, é muito mais fácil negar uma corresponsabilidade política.

Merkel fez o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** embarcar desde o início em suas duvidosas manobras de resgate. O **FMI** não tem competência sobre as disfunções do sistema financeiro internacional; como terapeuta, vela por sua estabilidade e, portanto, atua no interesse conjunto dos investidores, principalmente dos investidores institucionais. Como integrantes da *troika*, as instituições europeias também se fundem com esse ator, de tal forma que os políticos, na medida em que atuem nessa função, podem se restringir ao papel de agentes que se regem estritamente por normas e dos quais não se podem exigir responsabilidades.

Essa dissolução da política na conformidade com os mercados pode explicar a falta de vergonha com a qual os representantes do Governo federal alemão, todos eles pessoas sem mácula moral, negam sua corresponsabilidade política nas devastadoras consequências sociais que aceitaram, como líderes de opinião no Conselho Europeu, por causa da imposição de um programa neoliberal de austeridade. O escândalo dentro do escândalo é a cegueira com que o Governo alemão percebe seu papel de liderança. **A Alemanha** deve o impulso inicial para sua decolagem econômica, do qual ainda se alimenta hoje, à generosidade dos países credores que no Tratado de Londres, de 1954, perdoaram mais ou menos a metade de suas dívidas.

Mas não se trata de um escrúpulo moral, e sim do núcleo político: as elites políticas da Europa não podem continuar se escondendo de seus eleitores, ocultando até mesmo as alternativas ante as quais nos coloca uma união monetária politicamente incompleta. São os cidadãos, não os banqueiros, que têm de dizer a última palavra sobre as questões que afetam o destino europeu.

Fonte: [IHU](#)

Slavoj Žižek. The great challenge of The Left. 2016

Slavoj Žižek. Public open lecture for the students of the Division of Philosophy, Art & Critical Thought at the European Graduate School EGS,...

YOUTUBE.COM

https://www.youtube.com/watch?annotation_id=annotation_931139703&feature=iv&src_vid=kjGysCpdV0M&v=e2O6f2R9PZI



Um New Deal para salvar a Europa – Por Yanis Varoufakis

30 jan, 2017 por Colaboradores - Yanis Varoufakis

Ex-Ministro das Finanças da Grécia e professor Economia na Universidade de Atenas. Artigo publicado em <https://www.project-syndicate.org/>

“Não importa quais serão os custos. Recuperamos o nosso país!”.

É esta a orgulhosa mensagem que se ouve em toda a Inglaterra desde o referendo realizado no em Junho de 2016 sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (UE). E é uma reivindicação que está a ter repercussões em todo o continente. Até há pouco tempo, qualquer proposta para “salvar” a Europa era favoravelmente considerada, embora com ceticismo quanto à sua viabilidade. Atualmente, a dúvida é se vale a pena salvar a Europa.

A ideia europeia está a ser levada a recuar pela força combinada de uma negação, uma insurgência e uma falácia. A Negação do establishment da UE de que a arquitetura económica da União não foi concebida para sustentar a crise bancária de 2008 resultou em forças deflacionárias que não legitimam o projeto europeu. A reação

previsível à deflação foi a insurgência dos partidos antieuropeus em todo o continente. E, o mais preocupante de tudo: o establishment respondeu com a falácia de que uma “federação suavizada” (*federation-lite*) pode conter a onda nacionalista.

Tal não é possível: na sequência da crise do euro, os europeus estremecem com o pensamento de conferir à UE mais poder sobre as suas vidas e comunidades. A união política da área do euro, com um pequeno orçamento federal e alguma mutualização dos ganhos, perdas e dívidas, teria sido útil em 1999, quando nasceu a moeda comum. Mas agora, sob o peso das enormes perdas bancárias e da herança de dívidas causadas pela arquitetura defeituosa, uma federação suavizada do euro (como proposto pelo candidato às eleições presidenciais francesas Emmanuel Macron) é demasiado pouco e demasiado tardio. Tornar-se-ia a União da Austeridade permanente que o Ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, procurou durante anos. Não poderia haver melhor presente para a atual “Internacional Nacionalista”.

Simplificando, os progressistas devem colocar uma questão simples: por que razão a ideia europeia está a morrer? As respostas são claras: desemprego involuntário e migração intra-UE involuntária.

O desemprego involuntário é o preço do investimento desadequado em toda a Europa, devido à austeridade, e das forças oligopolísticas que concentraram os empregos nas economias excedentárias da Europa durante o período deflacionário resultante da crise. A migração involuntária é o preço da necessidade económica na periferia da Europa. A grande maioria dos gregos, búlgaros e espanhóis não se mudam para o Reino Unido ou para a Alemanha para o clima; mudam-se porque a tal são obrigados.

A vida para os britânicos e alemães não irá melhorar graças à construção de barreiras fronteiriças eletrificadas e à sua retirada para o seio do Estado-nação, mas sim através da criação de condições dignas em todos os países europeus. E isso é precisamente o que é necessário para relançar a ideia de uma Europa democrática e aberta. Nenhuma nação europeia pode prosperar de forma sustentável se outros europeus estiverem nas garras da depressão. É por isso que a Europa precisa de um New Deal muito antes de começar a pensar numa federação.

Em fevereiro, o movimento DiEM25 (Movimento Democracia na Europa 2025, criado ano passado) irá propor um New Deal europeu, que lançará no mês seguinte, no aniversário do Tratado de Roma. Esse New Deal terá por base um princípio orientador simples: todos

os europeus devem se beneficiar, *em seus países de origem*, do direito a um emprego que pague um salário digno, a alojamento digno, a cuidados de saúde e educação de elevada qualidade e a um ambiente limpo.

Contrariamente ao New Deal original de Franklin Delano Roosevelt na década de 1930, um New Deal Europeu deve materializar-se sem as ferramentas de uma federação operativa, contando apenas com as instituições existentes da UE. Caso contrário, a desintegração da Europa será acelerada, nada restando para federar.

O New Deal europeu deve incluir cinco objetivos precisos e os meios para alcançá-los nos termos dos Tratados da UE já existentes, sem qualquer centralização do poder em Bruxelas ou mais perda de soberania:

- Um *investimento verde em larga escala* a ser financiado por uma parceria entre os bancos de investimento público da Europa (o Banco Europeu de Investimento, o KfW, e outros) e os bancos centrais (dirigindo a flexibilização quantitativa para obrigações de projeto de investimento) para canalizar até 5% do rendimento total europeu em investimentos em energia verde e tecnologias sustentáveis.
- Um *regime de garantia de emprego* para oferecer empregos com salários dignos no setor público e nos setores sem fins lucrativos a todos os cidadãos europeus em seu país de origem, disponível a pedido para todos os que o pretendam. Desde que tal regime não substituísse os empregos na função pública, não implicasse a titularização ou a substituição dos benefícios existentes, poderia estabelecer uma alternativa à escolha entre a miséria e a emigração.
- Um *fundo anti-pobreza* para satisfazer as necessidades básicas em toda a Europa, que também serviria de base a uma eventual união de benefícios.

- *Um dividendo de base universal* para socializar uma percentagem maior dos crescentes rendimentos do capital.
- *Uma proteção anti-despejo* imediata, sob a forma de uma regra de direito ao aluguer, permitindo que os proprietários de casas que se encontram perante uma execução hipotecária permaneçam na sua casa mediante o pagamento de uma renda justa definida por conselhos comunitários locais. A longo prazo, a Europa deve financiar e garantir uma habitação digna para todos os europeus no seu país de origem, restaurando o modelo de habitação social que foi desmantelado em todo o continente.

Tanto o regime de emprego como o programa de combate à pobreza devem ser baseados numa versão moderna de uma antiga prática: a banca pública para fins públicos, financiada por uma reforma monetária pragmática, mas radical dentro da área do euro e na UE, bem como nos países europeus não pertencentes à UE. Especificamente, todos os lucros de senhoriagem dos bancos centrais seriam utilizados para estes fins.

Além disso, seria estabelecido em cada país um mecanismo eletrônico de compensação pública para depósitos e pagamentos (fora do sistema bancário). As contas fiscais permitiriam aceitar depósitos, receber pagamentos e facilitar transferências através dos serviços bancários em linha, aplicações de pagamento e cartões de débito emitidos por entidades públicas. Os saldos de tesouraria poderiam então ser emprestados aos fundos de apoio aos programas de emprego e de combate à pobreza, e seriam assegurados por um regime europeu de garantia de depósitos e défices cobertos por obrigações da banca central, oferecidas a preços baixos pelos governos nacionais.

Só um New Deal europeu com estas características poderá travar a desintegração da UE. Todos os países europeus devem ser estabilizados e capacitados para prosperar. A Europa não pode sobreviver nem como uma lei da selva nem como uma União da Austeridade em que alguns países, por trás de uma máscara de federalismo, estão condenados à depressão permanente e em que se negam aos devedores os direitos democráticos. Para “recuperar o nosso país”, precisamos recuperar a decência comum e restabelecer o senso comum em toda a Europa.

Slavoj Žižek. On The Left (Excerpt). 2016

Slavoj Žižek's seminar at EGS which opens with comments on the Left's greatest challenges. Excerpt from his last seminar at The European Graduate School. (se...

YOUTUBE.COM · 22 COMPARTILHAMENTOS

Wallerstein: como deter a virada à direita

POR

ANTONIO MARTINS

– ON 11/10/2016 CATEGORIAS: ALTERNATIVAS, CAPA, CRISE
FINANCEIRA, MUNDO, PÓS-CAPITALISMO



Crise do capitalismo produz pobreza e dissidências ultra-conservadoras. Para vencê-las, central não é o poder de Estado, mas multiplicar nova organização a partir da base

Por **Immanuel Wallerstein** | Tradução: **Antonio Martins** | Imagem: **Eric Drooker**

Como deter a virada à direita? Esta é a questão que as pessoas que se consideram à esquerda têm se colocado há algum tempo. Ela está sendo lançada, de diferentes maneiras, na América Latina, em boa parte da Europa,

nos países árabes e islâmicos, no sul da África e no sudeste da Ásia. A questão é ainda mais dramática porque, em muitos destes países, a virada segue um período em que houve uma certa guinada à esquerda.

O problema para a esquerda são as prioridades. Vivemos num mundo em que o poder geopolítico dos Estados Unidos está em constante declínio. E vivemos num tempo em que a economia-mundo está reduzindo severamente os recursos dos Estados e das pessoas, a ponto de o padrão de vida da maior parte da população do planeta estar em declínio. Estes são os constrangimentos para qualquer atividade da esquerda, e é possível fazer pouco para superá-los.

Surtem, de modo crescente, movimentos que denunciam a política tradicional e os partidos de centro. Eles pedem políticas de transformação radicalmente novas. Mas há dois tipos de movimentos assim, que poderíamos chamar de uma versão de direita e uma de esquerda. A versão de direita pode ser encontrada na campanha de Donald Trump à Casa Branca, na cruzada anti-drogas do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, no Partido da Lei e da Justiça, na Polónia, e em muitos outros. **Para a esquerda, a prioridade número um é evitar que estes movimentos controlem o poder de Estado. Eles são basicamente xenofóbicos e exclusionistas. Usarão este controle do Estado para esmagar os movimentos de esquerda.**

Ao mesmo tempo multiplicam-se, à esquerda, movimentos que se organizam com base em políticas radicalmente novas. Isso inclui a tentativa de Bernie Sanders para concorrer à presidência dos EUA pelo Partido Democrata; o esforço de Jeremy Corbyn para que o Partido Trabalhista britânico reassuma seu apoio histórico a posições socialistas; o Syriza, na Grécia; o Podemos, na Espanha e muitos outros. Obviamente, quando tais movimentos parecem próximos a alcançar o poder de Estado, a direita (tanto a tradicional quanto a que se diz radicalmente anti-*establishment*) une-se para derrotá-los ou para forçá-los a modificar sua posição de modo abrupto. Foi o que aconteceu com o Syriza.

Portanto, este esforço tem limites implícitos. Os novos movimentos de esquerda acabam forçados a se comportar como outra versão de um partido social-democrata de centro-esquerda. Isso cumpre um papel. Limita, no curto prazo, os ataques aos mais pobres, reduzindo danos. Mas não ajuda na transformação social.

O objetivo de médio prazo, de estabelecer um novo sistema-mundo que seja mais democrático e igualitário, requer ação política de outro tipo. Requer organizar-se em toda parte, **na base da sociedade, e construir alianças a partir de lá – mais do que a partir do poder de Estado**. Este foi o segredo do fortalecimento recente dos movimentos anti-*establishment* de direita.

Para que prevaleça, na luta que ocupará os próximos vinte ou quarenta anos e que definirá o sistema sucessor do capitalismo existente – agora em declínio definitivo – a esquerda precisará combinar uma série de políticas. Alianças de curto prazo, para minimizar o mal que os orçamentos restritos fazem aos mais pobres. Oposição duríssima ao controle do poder de Estado pelos movimentos anti-*establishment* de direita. Constante organização política pela base. Isso é muito difícil e exige constante clareza de análise, opções morais sólidas sobre o tipo de outro mundo possível que queremos e sabedoria tática.

RUTGER BREGMAN | AUTOR DE 'UTOPIA PARA REALISTAS'

“A renda básica universal seria a maior conquista do capitalismo”

Holandês propõe repartição gratuita de dinheiro e jornada semanal de 15 horas contra desigualdade

http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/23/economia/1490287072_800265.html?id_externo_rsoc=FB_CC

LLUÍS PELLICER - Barcelona 25 MAR 2017 - 13:29 BRT



historiador Rutger Bregman. CARLES RIBAS

O historiador Rutger Bregman (Westerschouwen, Holanda, 1988) surgiu no debate ideológico em seu país há três anos com a publicação do ensaio *Utopia para realistas*. O texto foi divulgado inicialmente na Internet, no site *The Correspondent*. A indústria editorial juntou-se depois ao fenômeno, que agora chega à Espanha pelas mãos da editora Salamandra. Colaborador de jornais como *The Washington Post* e *The Guardian*, Bregman acredita ser possível sacudir o capitalismo para acabar com as [desigualdades](#) com propostas como a renda básica universal, redução da jornada de trabalho para 15 horas semanais e abertura das fronteiras.

Pergunta. No sul da Europa, o debate está focado hoje na questão de como continuar financiando o Estado de bem-estar social. Acredita ser viável acrescentar a esse sistema uma renda básica universal?

Resposta. A renda básica é um complemento das medidas fundamentais que compõem a sociedade de bem-estar. Ela deveria ser somada à saúde e ao ensino público. Mas há coisas que essa renda poderia substituir, em especial os subsídios como o seguro-

desemprego, que se tornou um sistema incrivelmente burocrático e paternalista e que não funciona.

“QUERO UMA SOCIEDADE NA QUAL TODOS DECIDAM EM QUE QUEREM TRABALHAR”

Pergunta. Quantas horas o senhor trabalha por semana?

Resposta. O que é trabalhar? [riso]. Eu trabalho no *The Correspondent*, um coletivo de jornalistas de investigação, e isso me proporciona um salário básico. E o faço porque acredito nele, não por causa do dinheiro.

P. Mas quantas horas? É possível dedicar apenas 15 horas por semana a isso?

R. Talvez eu trabalhe zero hora, pois não considero isso realmente como um trabalho. Ninguém me obriga a fazê-lo. Mas eu gostaria de ver uma sociedade na qual cada um pudesse escolher livremente o trabalho que quer fazer. Eu me considero um felizardo, mas gostaria de viver em uma sociedade na qual todos se sentissem assim.

P. Os trabalhadores então deixariam de receber quando estivessem desempregados?

R. A renda básica é o primeiro estágio da distribuição e é incondicional. Todos a receberiam: ricos e pobres.

P. Como seria o seu financiamento?

R. Como eu disse, ela substituiria alguns elementos da sociedade de bem-estar. Mas a renda básica é um investimento. Há várias demonstrações científicas provando que a pobreza é algo que sai muito caro: gera mais delinquência, resultados acadêmicos piores, doenças mentais... Seria muito mais econômico erradicar a pobreza do que combater os sintomas que ela causa.

P. O senhor critica o Estado por ser um “supervisor” e por ser “paternalista”. Mas é preciso controlar de alguma forma como é empregado o dinheiro público, não?

R. Os pobres são os verdadeiros especialistas em suas próprias vidas. Acredito na liberdade individual, as pessoas sabem o que fazer com suas vidas, mas hoje vivemos em uma sociedade de burocratas e paternalistas. As pesquisas mostram que é melhor dar o dinheiro diretamente a quem precisa dele do que destiná-lo a funcionários públicos e à burocracia. Muitas pessoas se preocupam com a possibilidade de a renda básica ser usada para compra de bebida alcoólica ou drogas, mas já houve experiências no passado cuja conclusão foi de que deram muito certo.

P. Mas não foi essa a postura demonstrada pelo líder do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, ao dizer, referindo-se aos países do sul da Europa, que [não se pode gastar tudo com mulheres e bebidas e depois vir pedir mais dinheiro?](#)

R. Gostaria de pedir desculpas por isso em nome do meu país. A boa notícia é que ele logo mais já não trabalhará mais nesse lugar. Sim, esse é um grande exemplo da falta de confiança que as grandes instituições têm em relação às pessoas comuns. Na verdade, esse dinheiro não foi parar integralmente no bolso dos lixeiros, dos faxineiros ou dos professores, mas sim no dos banqueiros. No meu livro, eu procuro expor uma ideia mais otimista daquilo que podemos conseguir como sociedade. Minha geração está cansada de políticos como Dijsselbloem, que opõem as pessoas umas às outras.

P. O livro é bastante crítico em relação à esquerda social democrata por causa de seu discurso “perdedor”. Como seria possível renovar esse discurso?

Vivemos em uma sociedade de burocratas e paternalistas

R. Os sociais-democratas foram totalmente esmagados nas [recentes eleições gerais da Holanda](#). Perderam o rumo de casa e não têm propostas a acrescentar. Dijsselbloem é o maior exemplo de tecnocrata e dessa percepção de que os homens de terno sabem mais do que os outros aquilo que nos convém ou não. E essa concepção levou à irrupção dos populismos de direita. A tecnocracia e o populismo estão convencidos de que só existe uma receita capaz de funcionar, enquanto que para nós o que realmente convém é o pluralismo. O problema da esquerda, hoje, é que ela só sabe ao que se opõe. Permanece com uma visão muito paternalista, de ajudar a quem precisa. Precisamos virar esse discurso ao avesso. Por exemplo, defender a meritocracia. Se a levássemos a sério, muitos professores deveriam ganhar mais e muitos banqueiros deveriam ter um saldo negativo, por destruir a riqueza. Esse é o discurso de que precisamos para combater a desigualdade.

P. Mas no livro a sua crítica é generalizada. O senhor se queixa de que sua geração é carente de novas ideias...

R. Mas já há alguns sintomas que alimentam a esperança. Eu escrevi o livro pela primeira vez em holandês em 2014, e naquela época ninguém tinha a menor ideia do que era a renda básica. Agora, somente na Holanda, existem 20 cidades que implementaram programas para aplicá-la. [Ela está sendo experimentada na Finlândia](#) e prestes a ser adotada também no Canadá. Isso mostra que se trata de uma ideia que está conquistando o mundo.

P. O senhor defende uma jornada de trabalho semanal de 15 horas. Essa ideia já foi colocada por John Maynard Keynes, e não parece

que tenhamos nos aproximado muito disso. Por que acredita que agora seria possível implementá-la?

Minha geração está cansada de políticos que afrontam os cidadãos, como Dijsselbloem

R. Durante décadas muitas pessoas acharam que chegaríamos a jornadas mais curtas. Keynes não foi o único. Nos anos setenta, a maioria dos economistas e sociólogos estavam convencidos disso. Mas nos anos oitenta a coisa mudou, e começamos a trabalhar muito mais. Hoje estamos atolados de trabalho. Há dois motivos para isso. Primeiramente, o [consumismo](#): compramos coisas de que não temos necessidade para impressionar pessoas das quais não gostamos. O problema dessa explicação é que a maior parte das coisas que compramos sem necessidade são produzidas por robôs e no Terceiro Mundo, o que faz com que a maioria de nós trabalhe no setor de serviços. E isso nos leva ao outro motivo, ou seja, que nos últimos 30 anos temos visto um crescimento absurdo do nível de trabalhos *lixo*.

P. Em que sentido esses trabalhos são *lixo*?

R. Um trabalho lixo é um trabalho considerado inútil pela própria pessoa que o exerce. Muitas vezes são trabalhos bem remunerados, mas que podem consistir em enviar correios eletrônicos ou escrever relatórios que ninguém lerá. Não estou falando de lixeiros, professores ou enfermeiras. E existem funções extremamente úteis que não são remuneradas, como o cuidado com as crianças ou os idosos e o voluntariado. Se todos esses deixassem de trabalhar, aí sim teríamos problemas de verdade.

P. Qual mecanismo seria usado para determinar os salários?

R. A renda básica seria fundamental, pois permitiria pela primeira vez na história que as pessoas pudessem recusar trabalhos que

não quisessem realmente fazer. Hoje em dia esse é um privilégio ao alcance apenas dos mais ricos, mas, caso se implementasse a renda básica, seria um direito de todos. Hoje se diz às crianças que elas precisam estudar para alguma profissão que lhes dê dinheiro. Com a renda básica, elas poderiam fazer o que bem entendessem na vida.

P. O senhor diz que haverá menos emprego por causa da tecnologia. Mas, em vez disso, não poderá acontecer de surgirem novos tipos de empregos?

O problema da esquerda é que ela só sabe ao que se opõe

R. Nós subestimamos a incrível capacidade do capitalismo de gerar novos trabalhos inúteis. Hoje em dia, talvez cerca de 30% dos empregos são inúteis, mas o capitalismo pode elevar essa taxa a 40%, 50% ou 60%. A não ser que se introduza a renda básica ou se redefina o conceito de trabalho.

P. O senhor poderia ser encaixado na categoria dos que são antissistema, mas no livro há uma defesa do capitalismo, que é visto como um “motor de prosperidade”...

R. A renda básica universal seria a conquista mais importante do capitalismo. Não é uma ideia absurda. É uma plataforma a partir da qual se pode ir adiante, proporcionando a todos uma ferramenta para se arriscar e empreender. E é nisso que consiste o capitalismo.

P. Os críticos à ideia da renda básica dizem que essa medida acabaria com o incentivo à busca por trabalho. Qual é sua opinião sobre isso?

R. Uso três capítulos para mostrar experiências concretas que revelam que, quando recebem dinheiro gratuitamente, as pessoas

não o desperdiçam ou gastam com bebida. As pesquisas mostram que todos nós queremos realizar os nossos sonhos. E o grande desperdício dos nossos dias são os milhões de pessoas que estão presas à pobreza ou a um trabalho inútil.

P. O senhor propõe a abertura de fronteiras em um contexto em que o mundo parece caminhar numa direção contrária a essa. Seria o item mais utópico das suas propostas?

R. É, sem dúvida, o mais radical. Mas temos provas de que a imigração é uma arma contundente contra a pobreza. Um país com um patriotismo forte deveria se sentir orgulhoso por abrir suas fronteiras a emigrantes e refugiados, pois todos os grandes países da história da humanidade se basearam neles.

P. Essa ideia exigiria um consenso internacional. Pensando no papel desempenhado pela União Europeia na [crise dos refugiados](#), parece viável chegar a ele?

R. Tudo deve começar por contar a história de uma forma diferente. É a mesma coisa para a renda básica. Muitas vezes me dizem que as pessoas são contra, mas no século XVII a maioria também era contra a democracia.

Daniel Blake encontra Antonio Gramsci

www.sul21.com.br = março 27, 2017 = Por Tarso Genro

Li, anotada num velho livro de leitura recorrente, uma frase que me parece ser de Benjamin, que faz todo o sentido recordá-la, no momento em que as forças do conservadorismo e da reação obtêm duas vitórias estratégicas sobre o mundo do trabalho. De um lado dividindo-o, mais uma vez, com a exclusão da Reforma da Previdência, de um grande grupo de servidores públicos, apostando na suas divisões corporativas e assim enfraquecendo a resistência à referida reforma. De outro lado, aprovando uma “terceirização”

selvagem, que não só fragmenta as comunidades de trabalho – que são a base material da unidade de classe no contrato socialdemocrata, fazendo-o, para estimular formas de prestação de serviços que vão reduzir, brutalmente, o valor da massa salarial dos trabalhadores mais pobres: uma cunha política que divide, e uma cunha de diferença de renda, que segrega, eis as vitórias estratégicas da contra-revolução neoliberal.

A retração do consumo vai agravar ainda mais a situação das empresas, pequenas, médias e grandes, que trabalham com os olhos postos no mercado interno, já que o reino da pobreza, com a recessão, vai se combinar, ora em diante, com o reino da intermitência, da precariedade e da meia-jornada, com uma fragmentação ainda maior na estrutura de classes. A possibilidade de redução generalizada da jornada de trabalho, com a redução das diferenças de salário e renda – posta em pauta pela evolução tecnológica e pelas novas forma de articulação produtiva – vai se transformar em jornadas maiores com salários reais mais baixos. É a contra-revolução neoliberal promovendo um novo ciclo de enriquecimento dos 1%, que preparam a sociedade dos três terços: 1\3 incluído à sombra da lei e da segurança; 1\3 de precários, intermitentes, meio-“jornadistas”; 1\3 de marginalizados, excluídos – casos de polícia – pedintes nas sinaleiras, órfãos do mercado. Na Europa foram criados os “mil-euristas” da socialdemocracia revogada, sobreviventes à margem dos empregos regulares em retração. No Brasil, são recriados os mais excluídos de todas as épocas.

Roberto Campos no seu clássico autobiográfico “Lanterna de Popa” lembra este impasse, com a voz brilhante da direita conservadora que ele representava, na Inglaterra dos anos 70. O trabalhismo socialdemocrata, que gerara um modo de organização da sociedade e do Estado exemplares, no pós-guerra, encontrava-se num impasse: produtividade decaindo, competitividade em baixa no mercado mundial, crise fiscal em andamento, estagnação tecnológica e movimento sindical atado ao economicismo imediatista, promovendo greves que duravam meses e até anos. O trabalhismo, como representação política mais reconhecida dos trabalhadores

ingleses, neste contexto de crise, ficou sem uma proposta convincente de mudança tributária e fiscal, que pudesse refinancear o Estado, promover a inovação produtiva combinada com a socialização da renda. Foi a hora de Margaret Thatcher. Ela joga os sindicatos contra o resto da sociedade, reprime, privatiza, suprime as fábricas improdutivas, fragmenta o mundo trabalho, terceiriza e qualifica. O que poderia se tornar uma nova Noruega ou uma nova Dinamarca, torna-se um arremedo do modelo americano, consolidado, depois, como o “novo trabalhismo” de Tony Blair.

A frase a que me referi acima é a seguinte: “os animais e as máquinas não tem medo da morte, não sentem angústia diante do nada”. No filme de Ken Loach, “Meu nome é Daniel Blake”, acompanhamos um operário inglês com medo da morte e a sua “angústia diante do nada”. O “nada” é a ausência de oportunidades dignas de trabalho, de preocupação sensata do Estado com a situação dos trabalhadores; o “nada” é a ausência da classe organizada na fábrica como centro de solidariedade militante. Tudo isto forma o “nada”! Mas, mesmo neste “nada” Daniel Blake não se deixa desumanizar e passa a buscar -não no seu nicho de trabalho redentor -, mas na solidariedade humana e de classe, a possibilidade de erguer-se como um gigante. Acima da máquina, acima do nada, acima do exílio da velhice solitária. Amanhã, os nossos trabalhadores humilhados e sem emprego formal “antigo”, ou serão novos “daniel blakes” ou, ainda mais alienados e brutalizados, sequer sentirão angústia diante do “nada”.

A integração do trabalhador na empresa empregadora, propiciou os direitos que foram paulatinamente construídos nas lutas originárias da fábrica moderna. Este processo fez, desta empresa, não somente uma “unidade produtiva”, mas também uma comunidade de trabalho. Nela, o capital precisou reconhecer e outorgar direitos para ter trabalho produtivo, gerar consumo e alavancar lucros. Ao viabilizar relações sociais e de trabalho, que foram sustentados na ordem jurídica e oferecer “paz social” mínima, os empresários da indústria moderna transitaram para o exercício de uma dominação concertada. Derrotada a ideia socialista da emancipação do trabalho pela autogestão dos trabalhadores, esta foi a saída civilizatória

construída, pelo direito e pela política, no século passado. A terceirização é o “dobre de finados” da civilidade social-democrata e da sua empresa como comunidade de trabalho e é a ruptura jurídica e política daquela unidade orgânica, com regras formais de acolhimento cidadão para os trabalhadores. A reforma da previdência é o seu “enterro”. A República se esvai.

As mudanças nas formas de organização da produção e da sua reprodução social, não vem de rupturas que anulam as formas velhas. As novas formas nascem do ventre das formas velhas e vão se tornando, paulatinamente, dominantes. Até hoje temos resíduos de trabalho escravo no Brasil e restos feudais, no interior do império do capital. O mesmo ocorre com as mudanças qualitativas na produção capitalista, que transita, hoje, do modelo industrial clássico da fábrica moderna – com suas extensas linhas de produção automatizadas que ainda vão perdurar- para a substituição da mão-de-obra operária tradicional pela robótica. A informática, o uso da telemática, o aproveitamento dos recursos da nanotecnologia, o controle pelos resultados, a produção e o uso da inteligência artificial é a nova equação histórica da renovação capitalista. Nesta época de crise da acumulação privada devotada aos bancos, todavia, – nesta mesma época – já foram criadas todas as condições materiais e pressupostos técnicos e tecnológicos para, pela primeira vez na história da humanidade, eliminar a carência.

Com estes meios de produção e esta experiência acumulada na organização do trabalho, poderíamos ter uma sociedade humana, não só reconciliada com uma exploração racional da natureza, mas também uma organização social e estatal transparente, onde ninguém passasse fome, frio, dormisse ao relento, onde todos tivessem um sistema de proteção à velhice e à saúde à disposição, com uma boa educação pública. Normas constitucionais que previssem as máximas desigualdades aceitáveis e as condições mínimas para a reprodução da existência, devida a todos. Mas toda esta riqueza material e da inteligência humana -acumulada pela ciência e pela técnica- possibilitou, não a emancipação, mas um sistema produtivo e social gerador de mais desigualdades, que no seu próprio sócio-metabolismo gera mais riqueza concentrada,

consumo suntuário, privilégios de poder e territórios arrasados pela guerra e pela morte. A vitória da contra-revolução neoliberal é uma vitória política, que soube combinar a força da espontaneidade do mercado, com o convencimento político de que a solidariedade e a igualdade são improdutivas e opressivas.

O impulso da “terceirização”, das relações horizontais entre cadeias de empresas, entre constelação de empresas em cooperação produtiva, o impulso da redução e da intermitência da jornada, o impulso da libertação do trabalho braçal e da supressão da monotonia -nas linhas repetitivas de produção- é impulso que retira os trabalhadores do contrato subordinante, na “velha” fábrica moderna. É um impulso de liberdade oposto à rotina, ao trabalho precário, à submissão aos ritmos da automação, que suga a alma e a energia dos produtores. Este processo, porém, não lhes joga de forma espontânea no território verdadeiro da liberdade corpórea e mental para melhor viver a vida, mas despeja-o na anomia e na semi-informalidade. Joga-o -no modelo de sociedade em gestação- na disputa selvagem da sobrevivência com baixa renda e lhe individualiza para concorrer com seu igual. Não para disputar melhores condições de vida com o tomador dos seus serviços. A luta de “interesses” ou luta de “classes”, como queiram qualificar, transfere-se, nestas condições, para o mundo interno das classes trabalhadores, cuja disputa se dá entre, de um lado, os que oferecem trabalho mais barato e, de outro, os que oferecerem-no mais “caro”, aos seus tomadores de serviços.

O grande problema que se coloca para a esquerda “pensante” e para o movimento sindical, que não quer perder as suas raízes de classe, é que este processo não é novo. A direita começou a pensar num projeto político estratégico, para responder a estas mudanças objetivas, na produção e no trabalho, desde os anos 70, compondo um projeto político para apropriar-se destas energias liberadas, com vistas a promover um consumismo manipulado, num novo ciclo de enriquecimento dos 1% que controlam os mecanismos do poder mundial. Neste mesmo período, a esquerda ficou atada nas análises da contradição clássica da sociedade industrial, entre uma “burguesia”, que não é mais a mesma – pois é mera caudatária do

capital financeiro globalizado – e o “proletariado”, que não mais o mesmo, pois foi levado a ser indiferente à “escória” desempregada, que se marginalizou ou veio de “fora”, disputar seus empregos.

Há mais de trinta anos, cabeças como a de Andre Gorz vem discutindo estes temas. No seu “Metamorfoses do Trabalho”, em cuja introdução explicita que no livro não vai discutir a “crise da modernidade”, mas a necessidade de modernizar os “pressupostos sobre os quais está fundada a modernidade” e dizer que não é preciso deixar de sermos utópicos, mas devemos mudar o sentido da nossa utopia, explicita: “O tempo da vida já não tem mais que ser administrado em função do tempo de trabalho, é o trabalho que deve encontrar seu lugar, subordinado, num projeto de vida.”

A centralidade do trabalho não acabará numa sociedade mais evoluída e justa, mas ela deverá se transferir mais para um exercício de liberdade do que de submissão a contratos subordinados. A utopia de uma sociedade “regulada”, como dizia Gramsci – pautada pela igualdade que faz o reconhecimento das diferenças – começa em cada reforma que controle o sociometabolismo espontâneo do capital e ordene as suas energias, para melhorar a vida cotidiana. Responder às terceirizações com novas tutelas sobre a prestação de serviços dos trabalhadores fora do emprego tradicional e regular, que vai ser cada vez mais escasso, e responder à reforma da previdência com um projeto claro, para proteger os trabalhadores públicos e privados de renda média e baixa – independentemente dos interesses das altas corporações do próprio serviço público – pode ser um bom começo. Um Fundo Público, composto pelos impostos dos mais ricos e pelo uso do trabalho robotizado, para equalizar o rendimento dos intermitentes e precários pode ser um elemento importante do novo projeto socialdemocrata.

Não é de pasmar que os debates internos e os Congressos dos partidos políticos do campo da esquerda, despertem pouca atenção, fora de um círculo restrito dos seus militantes e dirigentes e se tornem, mais ajustes entre já convencidos, do que propriamente respostas amplas a questões políticas e econômicas de fundo, que já estão no cotidiano das classes populares. É que as propostas políticas para o “hoje” conservam, quase sempre, a visão de um

passado idílico, que não existiu, e o gosto de uma utopia perfeita, que não se realizou. Falam, em regra, para trabalhadores que não escutam e para cidadãos, em geral, cujas subjetividades vinculam-se mais aos sabores do rentismo, do que à jornada comum da sobrevivência do povo.

No dia em que foi preso pelos fascistas Antonio Gramsci, como Daniel Blake, não submetia à contemplação do “nada e tinha no bolso um bilhete endereçado à redação do “L’Unitá”, no qual afirmava “a necessidade de se habituar a pensar e a estudar também nas condições mais difíceis”. A situação que nós, da esquerda, vivemos hoje, recomenda atenção a este alerta do mais célebre prisioneiro do fascismo. Com a diferença que o nosso “pensar” e “estudar”, deve ser integrado aos movimentos de resistência concretos, contra as reformas em curso, porque quanto mais elas forem aplicadas integralmente, mais “insolidária” e insegura será a sociedade que vivemos e, em consequência, mais difícil será achar um caminho comum, que recupere o desejo da utopia e o gosto pela democracia.

.oOo.

Tarso Genro foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, Ministro da Justiça, Ministro da Educação e Ministro das Relações Institucionais do Brasil.